



**PODER  
JUDICIÁRIO**  
DO ESTADO DO ACRE



**GESTÃO**  
2023-2025

**RELATÓRIO  
DE GESTÃO  
2023**



[www.tjac.jus.br](http://www.tjac.jus.br)



**PODER  
JUDICIÁRIO**  
DO ESTADO DO ACRE



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

GESTÃO 2023/2025



## TRIBUNAL PLENO

Desembargadora **EVA EVANGELISTA** de Araújo Souza

Desembargador **SAMOEL** Martins **EVANGELISTA**

Desembargador **ROBERTO BARROS** dos Santos

Desembargadora **DENISE** Castelo **BONFIM**

Desembargador **FRANCISCO DJALMA** da Silva

Desembargadora **WALDIRENE** Oliveira da Cruz Lima **CORDEIRO**

Desembargadora **REGINA** Célia **FERRARI** Longuini

Desembargador **LAUDIVON** de Oliveira **NOGUEIRA**

Desembargador **JÚNIOR ALBERTO** Ribeiro

Desembargador **ELCIO** Sabo **MENDES** Júnior

Desembargador **LUIS** Vitório **CAMOLEZ**

## ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO

Diretoria – Desembargador **ELCIO** Sabo **MENDES** Júnior

## DIRETORIAS

Diretoria de Gestão Estratégica – **Evandro Luzia Teixeira**

Diretoria de Logística – **Larissa Salomão Montilha**

Diretoria Judiciária – **Denizi Regis Gorzoni**

Diretoria de Finanças e Informações de Custos – **Sâmya Ester da Silveira**

Diretoria de Gestão de Pessoas – **Iriá Farias Franco Modesto Gadelha**

Diretoria de Informação Institucional – **Andrea Laiana Coelho Zilio**

Diretoria de Tecnologia da Informação – **Raquel Cunha da Conceição**

Diretoria Regional do Vale do Alto Acre – **Ana Paula Viana de L. Carrilho**

Diretoria Regional do Vale do Juruá – **Solange Maria Chalub**



## **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA 2021-2023**

Presidente

Desembargadora **Regina Ferrari**

Vice-Presidente

Desembargador **Luis Camolez**

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador **Samoel Evangelista**

Juízes Auxiliares da Presidência

**Dra. Zenice Mota Cardozo**

**Dr. Giordane de Souza Dourado**

Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral

**Dr. Alex Ferreira Oivane**

---

### **PRODUÇÃO EDITORIAL**

Diretoria de Informação Institucional - DIINS

Gerência de Comunicação - GECOM

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde  
Rio Branco, AC 69.915-631  
(68) 3302-0408



# Sumário

APRESENTAÇÃO.....	8
1. A GESTÃO.....	10
2. MAPA ESTRATÉGICO.....	12
3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E RESULTADOS.....	13
4. GESTÃO DE PESSOAS.....	24
5. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	32
6. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	38
7. INFRAESTRUTURA, MANUTENÇÃO E LOGÍSTICA.....	44
8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	51
9. FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PROJETOS SOCIAIS.....	53
10. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	63
11. VICE-PRESIDÊNCIA EM DESTAQUE.....	64

12.	MAIS INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO.....	66
13.	CONCURSO DELEGATÁRIO.....	70
14.	GESTÃO DOCUMENTAL DO TJAC.....	71
15.	NUGEPNAC.....	72
16.	GMF EM ATUAÇÃO.....	73
17.	CEJURES.....	77
18.	NOITE MAGISTRAL.....	78
19.	PRÊMIOS RECEBIDOS.....	80
20.	RANKING DA TRANSPARÊNCIA CNJ 2023.....	82
21.	PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023.....	83
22.	METAS DO JUDICIÁRIO 2023.....	84
23.	MARCADORES DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	89
24.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89

# Apresentação

Relatório de Gestão do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) revisita os feitos e realizações destacados no relatório de 100 dias, publicado em 2023, emergindo como um documento que condensa as principais ações da gestão para o período de 2023-2025. Este relatório desempenha um papel crucial na divulgação e transparência das atividades do Poder Judiciário do Estado do Acre, contribuindo significativamente para a prestação de contas da administração.

Ele se apresenta como um documento abrangente, integrando dados essenciais sobre a atuação do Poder Judiciário do Estado do Acre, abordando áreas de governança estruturadas nos eixos estratégicos que compõem o Planejamento Estratégico do sexênio 2021-2026, detalhadas no Plano de Gestão, alinhado aos planos operacionais de cada setor administrativo e das ações vinculadas às áreas finalísticas. Além disso, destaca resultados e indicadores, proporcionando uma análise detalhada do desempenho ao longo do período.

É importante ressaltar que a atual gestão priorizou, desde o início, o cumprimento das Metas Nacionais, vinculadas ao compromisso finalístico. Investiu estrategicamente na política de Tecnologia da Informação para consolidar resultados e atender de forma eficiente aos jurisdicionados e servidores. A reestruturação da infraestrutura física, sobretudo no interior, foi apontada como uma via para criar um ambiente agradável, promovendo uma visão humanizada e acolhedora no atendimento. Evidenciou-se o objetivo de impulsionar a informatização, a produtividade e a recorribilidade da justiça, entre outros aspectos.



O relatório é, periodicamente, elaborado pelos diversos setores e sistematizado pela Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), sob supervisão dos Gabinetes Auxiliares da Presidência e Diretoria Geral. Seu propósito central é fortalecer a política de transparência, alinhada aos princípios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Poder Judiciário do Estado do Acre se consolida através das ações operacionalizadas por suas Diretorias, assessorias, secretarias e, especialmente, pelos setores jurisdicionais específicos, subdivididos em primeiro e segundo graus.

As ações apresentadas neste relatório foram previamente registradas e definidas nos eventos de planejamento, em consonância com o Plano de Gestão da atual presidente. Essas iniciativas encontram-se, em sua maioria, disponíveis nos espaços de divulgação do Tribunal, especialmente em seu site oficial, onde é possível consultar informações sobre realizações, datas de eventos e nos relatórios do “Justiça em Números” do CNJ, que sistematizam a produtividade deste Poder Judiciário.

Este é o convite à leitura do momento histórico que vivenciamos: Sejam todas e todos bem-vindos aos 300 dias!

**Desembargadora Regina Ferrari**  
Presidente do TJAC (Biênio 2023/2025)



# 1. A GESTÃO

## Olhar integrado da Gestão do Poder Judiciário do Acre

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), guiado pelo conceito institucional de gestão célere e acolhedora, se destaca como uma instituição estruturada em diretorias, assessorias e secretarias, complementadas e orientadas por dois juízes auxiliares dedicados a promover as estratégias de governança e de gestão.

Adicionalmente, os primeiro e segundo graus assumem responsabilidades cruciais para o desenvolvimento de políticas finalísticas que norteiam a operação e atuação da justiça.

No contexto do Poder Judiciário brasileiro, que compreende cinco segmentos de justiça, o TJAC se insere como parte integrante da Justiça Estadual, alinhada com os outros setores da justiça, mantendo relação harmônica com todos os outros poderes.

## Organização da Justiça Estadual no Acre

A estrutura da Justiça Estadual no Acre é composta por dois graus de jurisdição:

Primeiro grau e segundo grau: ambos propulsores do funcionamento em prol da garantia dos direitos e prevalência da paz na sociedade.

Nesse ambiente se materializam comitês temáticos que contribuem nas definições e tomadas de decisões, estrutura que fortalece a Governança judiciária.

## A Vice-presidência

Desenvolve o seu papel, por meio de ações específicas de governança, sendo colaborativa e solidária redimensionando a sua importância na estrutura organizacional do Poder Judiciário, para uma gestão eficiente e presente.

## A Corregedoria

Desempenha função crucial na administração da justiça, sendo responsável por fiscalizar, orientar e zelar pelo bom funcionamento dos serviços judiciários. Suas atribuições abrangem diversas áreas, visando assegurar a eficiência, a ética e a transparência no exercício das funções jurisdicionais, que são essenciais para fortalecer a credibilidade do Poder Judiciário,

## A Escola do Poder judiciário

Atua fundamentalmente na formação, capacitação e aprimoramento dos membros e servidores do sistema judiciário, que contribui com a produção do conhecimento, que antecipa a qualidade da atuação.



## Setores Administrativos e de assessoramento

Os setores administrativos de assessoramento desempenham funções cruciais no Tribunal de Justiça (TJ), proporcionando suporte e expertise para garantir o funcionamento eficiente do órgão. Suas funções típicas são desenvolvidas de forma integrada para o bem maior: celeridade e acolhimento aos jurisdicionados.



### 1. 1. Celeridade e acolhimento um conceito em constante construção

A busca por uma justiça célere e acolhedora reflete o anseio por um sistema judicial que não apenas entregue decisões de forma eficiente e ágil, mas que também proporcione um ambiente de acolhimento, compreensão e equidade para todos os envolvidos, fundamentado em princípios voltados para uma sociedade mais justa e humana.

A celeridade na administração da justiça é essencial para assegurar que os processos sejam conduzidos de maneira eficiente, antecipando prazos e evitando demoras excessivas. Isso contribui para a eficácia do sistema judicial como um todo.

A justiça é acolhedora quando envolve o conceito e a criação de um ambiente empático, onde as partes se sintam envolvidas, respeitadas e compreendidas, promovendo um tratamento e atendimento preocupado com a dignidade humana.

A integração entre celeridade e acolhimento cinge-se a princípios que buscam harmonizar o tempo, a qualidade e o respeito à individualidade, visando soluções jurídicas de maneira eficaz.

Promover uma justiça célere e acolhedora é, portanto, a materialização e execução de ações para além da eficiência técnica, mas que promova um sistema judicial como um instrumento eficaz na resolução de conflitos. O que se ancora no Mapa de gestão, a partir dos seus eixos, como segue:



## 2. MAPA ESTRATÉGICO





## 3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E RESULTADOS

### 3. 1. Governança

A governança no contexto do Poder Judiciário refere-se às práticas, estruturas e processos que buscam assegurar a eficiência, a transparência, a responsabilidade e a conformidade com as leis e normas no âmbito judicial ( ver comprovantes de solicitações do CNJ sobre governança). Isso a torna essencial para garantir o bom funcionamento do sistema judicial, promover a confiança da sociedade e cumprir a missão institucional do Poder Judiciário.

Nesse contexto, não se limita aos cuidados técnicos e estruturais, mas abrange também a prestação de serviços e estratégias que se encontram e se aliam para a efetivação dos serviços finalísticos, observando as seguintes orientações :

Transparência;

Responsabilidade;

Eficiência Operacional (gestão de processos e pessoas);

Participação e Colaboração;

Acompanhamento do cenário Poder Judiciário;

Conformidade com as leis, regulamentos e normas éticas estabelecidas;

Atenção à integridade institucional, denominado compliance legal;

Gestão e gerenciamento de Riscos;

Inovação e Tecnologia;

Ética e Integridade;

Capacitação e Desenvolvimento de competências; e

Contratação e execução de obras e serviços previamente planejados.

A governança no Poder Judiciário é fundamental para fortalecer, no aspecto externo, a confiança da sociedade na instituição, promover a justiça eficiente e garantir que o Judiciário desempenhe seu papel fundamentado na proteção dos direitos (visão externa) e na aplicação da lei, atividade de forma a atender aos servidores e magistrados (visão interna).



### 3. 2. Estratégia

A Gestão Estratégica do PJAC refere-se ao planejamento e conjunto de ações deliberadas, ou previamente pensadas a partir do cenário político e interesses da gestão que a instituição adota para atingir seus objetivos e cumprir sua missão institucional.

Dessa maneira as ações registradas neste relatório tiveram por objetivo cumprir com o propósito apresentado.

Em outras palavras, as ações compõem a estratégia, que define as metas e a formulação de planos que orientaram as atividades do Tribunal, com a intenção de otimizar seus recursos, melhorar a eficiência operacional e alcançar resultados alinhados com a visão de justiça, por meio de programas, projetos e ações .



Dentro desse contexto, o planejamento tem contribuído para definir iniciativas, programas e projetos de maneira integrada. As iniciativas estão postas no Planejamento Estratégico. Os programas se alinham em conformidade com as ações integradoras e são subdivididos em projetos.



O Poder Judiciário atua na execução de programas e projetos com acompanhamento especial ao convênios com recursos o OGE e OGU:

### 2.3.1. Gerenciamento de Convênios - BI



### Acompanhamento de Projetos e emendas/transferências especiais

#### CONVÊNIO EM NÚMEROS

UN

283

Convênios, termos e Acordos de Cooperação Técnicas Vigentes

R\$

16,7

Milhões em recursos de convênios (2019-2023)

11

Milhões em recursos de transferências especiais novas já liberadas ao Estado do Acre

%

45,71

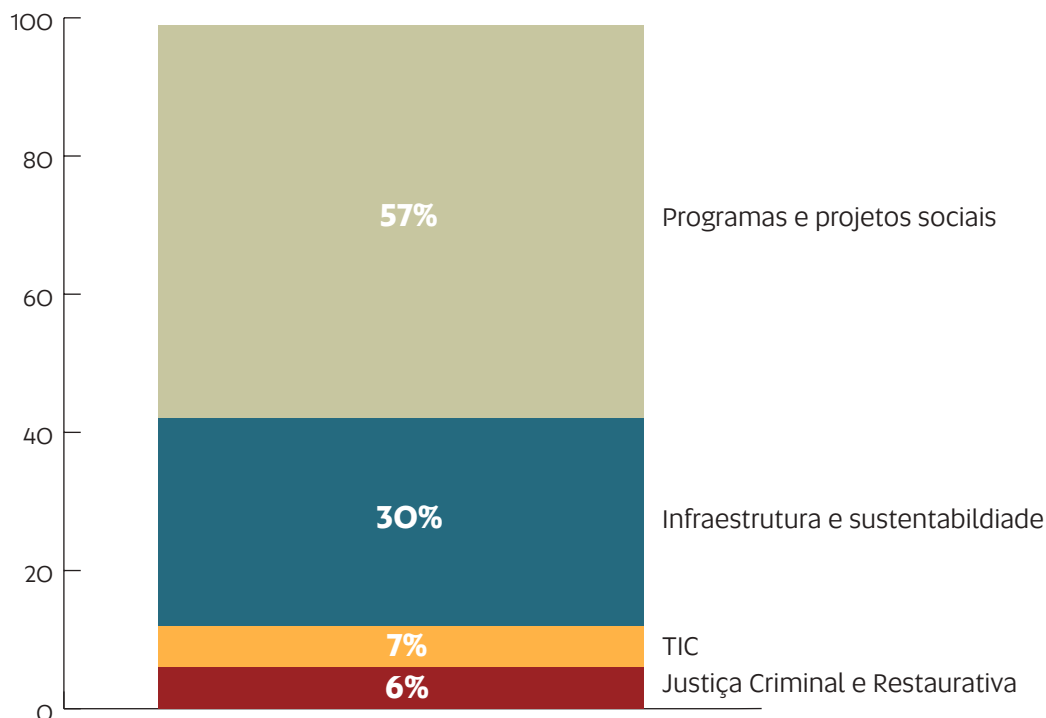
Recursos executados

54,29

A executar



## EMENDAS POR ÁREA



## CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE RECEITAS VIGENTES EM 2023

Ano	Número do Instrumento	Objeto	Repasse R\$	Contrapartida R\$	Valor Global R\$
2019	886484/2019	Instalação de sistema de videoconferência no âmbito do Tribunal de Justiça do Acre, de modo a interligar todas as varas criminais do estado e implementação dos Projetos Visita Virtual e Audiências Virtuais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, conforme detalhado no Plano de Trabalho.	7.536.851,93	153.825,55	7.690.677,48





2020	902187/2020	Projeto Cidadão- Garantir o acesso à Justiça e a cidadania à população mais distante dos centros urbanos, principalmente as populações tradicionais (ribeirinhos, colonos, indígenas, seringueiros), residente nos Municípios de Rio Branco e Sena Madureira, Manoel Urbano, Mâncio Lima e Assis Brasil no Estado do Acre.	750.000,00	58.481,51	808.481,51
2020	902189/2020	Implementar o projeto Fortalecendo Vidas em Rio Branco Acre- Democratizar a prática de esporte e da leitura entre as crianças e adolescentes dos bairros distantes da capital, buscando a ocupação do tempo livre e evitando o agravamento de distorções sociais com a prática cívica de conhecer a estrutura e importância das instituições da justiça como provedor de desenvolvimento democrático e da paz social.	200.000,00	2.270,08	202.270,08
2020	904427/2020	Projeto Cidadão – Mutirão itinerante de serviços sociais às Comunidades Tradicionais (Ribeirinhos) e Indígenas, buscando a igualdade racial e social.	806.245,01	16.453,98	822.698,99
2021	001/2021	Programa Justiça Comunitária nos municípios de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira	250.000,00	-	250.000,00
2021	915462/2021	Modernização do Parque Computacional das unidades jurisdicionais de Entrância Inicial do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), para utilização nas áreas judicial e administrativa do Poder Judiciário Acreano.	1.300.000,00	65.000,00	1.365.000,00



2021	001/2021	Implantação do Centro de Atenção na Vara de Proteção à Mulher em Cruzeiro do Sul (AC)	250.000,00	0,00	250.000,00
2021	002/2021	Modernização do Parque Computacional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)	200.000,00	0,00	200.000,00
2021	00.02.1400.0000429/2021-30	Projeto Resgate da Cidadania- Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário	67.302,60	0,00	67.302,60
2022	001/2022	Programa de Desenvolvimento Profissional e Inclusão Social pelo Trabalho - Programa RADIOATIVO	480.000,00	5.000,00	485.000,00
2022	004/2022	Execução do Projeto Justiça Acreana Sustentável: Implantação de Uma Usina Solar Fotovoltaica na Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul- AC	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
2022	003/2022	Apoio às entidades terapêuticas que atendem mulheres em drogadição (Apoio às atividades da AREDACRE).	200.000,00	0,00	200.000,00
2022	930452/2022	Execução do Projeto Fortalecendo Vidas- Etapa de Capacitação Profissional de Adolescentes	350.000,00	3.536,00	353.536,00
2022	930445/2022	Execução do Projeto Jardim das Margaridas, que visa o fortalecimento das ações realizadas pelo Educandário Santa Margarida	600.000,00	6.060,61	606.060,61
2022	930448/2022	Estruturação do Escritório Social na Comarca de Rio Branco-AC	600.000,00	33.710,69	633.710,69
2022	930461/2022	Execução do Projeto Arte do Ser	100.000,00	1.100,00	101.100,00
2022	930436/2022	Implantação do Projeto Mediação de Conflitos nas Escolas no Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.	300.000,00	23.075,24	323.075,24
2022	937006/2022	Estruturação de Casas Terapêuticas no Acre	600.000,00	93.281,58	693.281,58



2022	930465/2022	Estruturação da Central de Processamento Eletrônico (CEPRE)	350.000,00	30.000,00	380.000,00
2022	937005/2022	Implantação de uma Fábrica de Confeção de Chinêlos no Complexo Penitenciário de Rio Branco, Estado do Acre.	300.000,00	5.000,00	305.000,00
<b>Total</b>			<b>16.240.399,54</b>	<b>496.795,24</b>	<b>16.737.194,78</b>

Fonte: DIGES, Gerência de Projetos, outubro de 2023.

## Carteira de projetos para 2024

A carteira de projetos, conjunto de projetos ou iniciativas da Instituição, foi apresentada como parte das estratégias de investimentos. Essa iniciativa foi desenvolvida para balizar a priorização de esforços, prospectando a alocação de recursos para atingir objetivos estratégicos mais amplos.

### Áreas prioritárias para fortalecimento e contribuição nos resultados finalísticos

Infraestrutura Física adequada	Possibilitar a segurança e melhorar estrutura para acolhimento institucional	para público externo e interno
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Potencializar a prestação de serviços digitais- inovação e segurança	Público externo e interno
Direito aos Jurisdicionados	Fortalecer a relação e o atendimento sócio institucional junto aos jurisdicionados	Público externo

Com vistas a melhorar o processo de monitoramento do Planejamento, bem como da execução dos convênios, o Poder Judiciário optou pela contratação da empresa Thema, como forma de promover acompanhamento, customização, integração, gerenciamento do Planejamento e execução de projetos.

### 3. 3. Resultados

Os resultados apresentados, neste relatório, estão vinculados às iniciativas que têm relevância institucional e que podem gerar impacto nas consecução dos objetivos. Portanto, são monitorados periodicamente e readequados ao longo do prazo de execução, conforme a avaliação da Gestão.

### 3. 4. Atualização do Plano de Gestão de Riscos

A construção e atualização do mapa de riscos no Poder Judiciário do Acre(TJ) tem sido fundamental por várias razões: está contribuindo gradativamente para a mudança cultural de gestão da Instituição, levando os gestores a repensarem suas práticas para assegurar bons resultados e antecipar soluções de problemas. Algumas razões para a importância dessa prática está em:

- Identificação de Ameaças Emergentes; Adaptação a Mudanças Internas de pensamentos e posturas para tomadas de decisões; apontamento da necessidade de reestudo da estrutura organizacional. Manter o mapa de riscos atualizado ajuda a garantir que as estratégias de gestão de riscos estejam alinhadas com as mudanças internas, aprimorando a resiliência institucional, a otimização de Recursos, a conformidade às normas e às orientações do CNJ. Tudo isso representa aprendizado com as experiências, reposicionamento da cultura ao longo do tempo.

Em resumo, a atualização do mapa de riscos no Tribunal de Justiça, coordenado pela DIGES, e acompanhado pelo Controle Interno é uma prática proativa e estratégica que visa a ajudar na antecipação, mitigação de forma responsiva aos desafios emergentes.

Foram 12 reuniões para revisar e repensar a política de gestão de riscos que anunciou a necessidade de tomadas de ações.





### 3. 5. Atualização e revisão do plano de contratação do PJAC

A atualização e revisão do Plano de Contratação 2023/2024 do Tribunal de Justiça do Estado do Acre é um processo fundamental para garantir que as estratégias de contratação estejam alinhadas com as necessidades e objetivos atuais da instituição, observando-se as orientações do CNJ Resolução nº 182/2013.

### 3. 6. Cumprimento de normas e orientações

A administração do TJAC em observância às normas legais e orientações superiores editou e publicou as seguintes resoluções:

#### LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 434, DE 27 DE ABRIL DE 2023	Altera a Lei Complementar nº 258, de 29 de janeiro de 2013, que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, dos servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Objeto: reajuste dos vencimentos dos servidores
LEI COMPLEMENTAR Nº 440, DE 7 DE AGOSTO DE 2023	Altera a Lei Complementar nº 258, de 29 de janeiro de 2013, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, dos Servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Objeto: altera o percentual de acumulação da remuneração do cargo efetivo com o cargo em comissão para até 60%
LEI COMPLEMENTAR Nº 441, DE 7 DE AGOSTO DE 2023	Altera a Lei Complementar nº 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, dos Servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Objeto: altera os critérios para deferimento de ações de capacitação
LEI COMPLEMENTAR Nº 447 DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023	Altera a Lei Complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre e dá outras providências.	Objeto: regulamenta a titulação coletiva no âmbito do primeiro grau de jurisdição
LEI COMPLEMENTAR Nº 449, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, dos servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Objeto: prevê o pagamento de hora-extra pela prestação de serviço extraordinário
LEI COMPLEMENTAR Nº 450, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Lei Complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre e dá outras providências.	Objeto: dispõe sobre a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição para magistrados
LEI COMPLEMENTAR Nº 452, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023	Institui o auxílio pré-escolar em benefício dos magistrados e o auxílio-creche aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.	



Projeto de Lei	Aprovado Projeto de Lei que possibilita o pagamento de decisões administrativas, bem como de auxílios alimentação, creche e funeral com recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário- FUNEJ.
----------------	--

## LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 4.111, DE 13 DE JUNHO DE 2023	Dispõe sobre a remuneração dos conciliadores e juízes leigos do Poder Judiciário do Estado.
LEI Nº 4.134, DE 18 DE JULHO DE 2023	Dispõe sobre a revisão do subsídio da magistratura do Poder Judiciário do Estado.

## RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO

Resolução n. 289/2023	Institui a Governança Jurisdicional do Poder Judiciário do Estado do Acre
Resolução n. 290/2023	Dispõe sobre as atribuições, atividades e estrutura da Ouvidoria de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Resolução n. 293/2023	Institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Resolução n. 294/2023	Institui a Política de Proteção de Dados do Poder Judiciário do Estado do Acre
Resolução n. 295/2023	Dispõe sobre a Governança em Orçamento e Finanças no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Resolução n. 297/2023	Dispõe sobre a metodologia de cálculo da retribuição dos conciliadores e juízes leigos do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Resolução n. 298/2023	Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, a concessão de diárias a magistrados e servidores e dá outras providências.
Resolução n. 300/2023	Institui a Governança em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Resolução n. 301/2023	Altera a Resolução TPADM n.º 193/2015, que dispõe 'sobre o procedimento de promoção, remoção e acesso ao Tribunal de Justiça pelo critério do merecimento', visando modificar a sistemática de elaboração das listas tríplices na aferição do merecimento e dá outras providências.
Resolução n. 302/2023	Institui Políticas de Meio Ambiente no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Resolução n. 303/2023	Altera a Resolução nº 154, de 2 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre as Unidades Jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Acre, sua denominação e competência, para atribuir competência privativa às Varas da Infância e Juventude para processar e julgar os Crimes Contra a Criança e ao Adolescente, nas Comarcas de Rio Branco e Cruzeiro do Sul e dá outras providências.
Resolução n. 304/2023	Altera a Resolução TPADM nº 277/2022 para regulamentar a concessão de licença compensatória pela acumulação de acervo processual, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.



Resolução n. 305/2023	Altera a Resolução nº 154, de 2 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre as Unidades Jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Acre, transformando a 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco em 6ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco e dá outras providências.	
Resolução n. 306/2023	Altera a Resolução nº 154, de 2 de fevereiro de 2011, que trata das Unidades Jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Acre, incluindo sua denominação e competência.	Objeto: cria a Unidade Jurisdicional denominada de Vara de Apoio à Jurisdição (VAJUR), com sede na Comarca de Rio Branco

## RESOLUÇÕES DO CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL

RESOLUÇÃO N. 77, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023	Altera o artigo 10 da Resolução n. 25, de 25 de abril de 2011, do Conselho de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.	Objeto: altera o prazo para amortização de financiamento de imóvel
RESOLUÇÃO N. 78, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n. 3, de 31 de julho de 2013, do Conselho da Justiça Estadual, que regulamenta o art. 42, § 1º, inciso II, da Lei Complementar n. 258, de 29 de janeiro de 2013.	Objeto: fixa em 60% o percentual de acumulação da remuneração do cargo efetivo com o cargo em comissão
RESOLUÇÃO N. 79, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução nº 15, de 21 de novembro de 2014, do Conselho da Justiça Estadual, para regulamentar a dotação de pessoal da Segunda Instância do Sistema dos Juizados Especiais.	
RESOLUÇÃO Nº. 80, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 32, de 11 de outubro de 2017, do COJUS, que instituiu o Teletrabalho no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Acre.	
RESOLUÇÃO Nº. 81, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução nº 48, de 07 de dezembro de 2020, do Conselho da Justiça Estadual para possibilitar a concessão de condições especiais de trabalho para magistradas e servidoras gestantes e lactantes, consideradas pessoas com mobilidade reduzida, nos termos do inciso IX do art. 3º da Lei nº 13.146/2015 e dá outras providências, bem como, garantir que os magistrados e servidores, sob o 'regime de teletrabalho' pratique atos utilizando o sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico, com uso de equipamentos próprios ou, em havendo possibilidade, mediante equipamentos fornecidos pela unidade jurisdicional em que atuam, inclusive com tecnologia assistiva compatível com as suas necessidades.	
RESOLUÇÃO Nº. 82, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 46, de 12 de novembro de 2020, do Conselho da Justiça Estadual, para assegurar celeridade e eficiência da unidade jurisdicional na ausência das servidoras que prestam assessoria jurídica em licença-maternidade, objetivando, ainda, a priorização do 1º Grau no cumprimento das Metas Nacionais e da Resolução n.º 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça	

## PORTARIAS

Portaria n. 3953/2023	Institui o regime de transição para nova Lei de Licitação	
-----------------------	---	--



## 4. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas para o Tribunal de Justiça é uma área especial para o bom funcionamento da instituição, pois os recursos humanos desempenham um papel fundamental na administração da justiça. Foram destacadas algumas ações e práticas importantes para a gestão de pessoas e que contribuíram com desempenho com os resultados gerais e finalísticos. Esta política está vinculada ao Eixo **“Aprendizado e crescimento”**, no programa de valorização de pessoas:

Servidores	Números
Efetivos	1.071
Requisitados	90
Sem vínculo (ad nutuns)	177
Cedidos	21
Afastados	8
<b>Total</b>	<b>1.367</b>

Magistrados	Números
No 2º grau	12
No 1º grau	72
<b>Total</b>	<b>84</b>

Colaboradores	Números
Juízes Leigos	13
Conciliadores	19
Estagiários	134
<b>Total</b>	<b>166</b>

### 4. 1. Direitos dos Servidores

Durante os 300 (trezentos) primeiros dias da atual gestão, foram deferidas 2.584 (dois mil quinhentas e oitenta e quatro) decisões favoráveis relativas a requerimentos administrativos de servidores e servidoras, conforme quadro abaixo:

Natureza	Quantidade
Abono permanência	22
Adicional de especialização	179





Auxílio funeral	02
Averbação de tempo de contribuição	15
Decisão	144
Gratificação de capacitação	180
Licença-prêmio	14
Verbas rescisórias	5
Portarias	1.653
Manifestações	69
Adicional de capacitação	180
Opção 40% substituição	41
Opção 40% nomeação	39
Auxílio saúde	26
Auxílio alimentação	15
<b>Total</b>	<b>2.584</b>

#### 4. 2. Reajuste salarial para servidores

Com o objetivo de manter o poder aquisitivo das servidoras e dos servidores do PJAC, através da Lei Complementar N. 434, de 27 de abril de 2023 foi concedido reajuste no percentual de 12% (doze por cento) nos vencimentos básicos do quadro de pessoal efetivo e 10% (dez por cento) para os cargos de livre nomeação e exoneração.

#### 4. 3. Aumento do percentual da gratificação sobre o cargo de provimento em comissão de 40% para 60%

Por meio da Resolução COJUS N. 78, de 5 de setembro de 2023, a gratificação sobre o cargo de provimento em comissão de que trata o art. 42, §1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual N. 258/2013, teve seu percentual majorado de 40% (quarenta por cento) para 60% (sessenta por cento). Esta ação coaduna com a política de valorização dos servidores, sobretudo dos efetivos, isso representa um impacto significativo no gerenciamento das ações.

#### 4. 4. Auxílio-creche

O Tribunal Pleno Administrativo do TJAC, aprovou a proposta de alteração de lei complementar, para instituir o auxílio pré-escolar em benefício dos Magistrados e o auxílio-creche aos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.

A proposta de LC foi encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado do Acre para aprovação.



#### 4. 5. Realização de processo seletivo e contratação de estagiários de pós-graduação

Com o objetivo de fortalecer a prestação jurisdicional no âmbito do PJAC, pela primeira vez foi realizado processo seletivo para contratação de estagiários de pós-graduação de diversas áreas de formação.

Após a seleção foram contratados durante o ano de 2023, cerca de 40 (quarenta) estagiários de pós-graduação para auxiliarem na prestação e apoio às unidades jurisdicionais de 1º e 2º Grau.



#### 4. 6. Fortalecimento do corpo técnico com posse de mais dez novos juízes de Direito substitutos

Estruturar equipe interna é essencial para que as prestações dos serviços públicos melhorem, por isso, a gestão do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) empossou no dia 16 de novembro, mais dez novos juízes e juízas de Direito substitutos. Essa posse ocorreu nove meses após a posse de 15 juízas e juízes, realizada em dezembro de 2022, todos aprovados no 20º concurso da Magistratura do Acre.



Foto imagem site TJ nov. 2023



#### **4. 7. Posse do novo desembargador Nonato Maia**

Foi dado posse ao novo desembargador do Poder Judiciário acreano, que passou a ter 12 integrantes. O magistrado ascendeu ao 2º grau por critério de merecimento, após 27 anos na magistratura acreana. Sua posse representa um marco institucional nesses 60 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Acre.



O fortalecimento do corpo técnico da magistratura visa dar celeridade aos processos judiciais e aprimorar o atendimento à população que busca a Justiça. Com essa iniciativa, o Poder Judiciário do Acre amplia sua força de trabalho para 88 magistradas e magistrados em ambos os graus de jurisdição, proporcionando uma resposta mais ágil e eficaz às demandas judiciais da comunidade.

#### **4. 8. Implantação do Módulo de Produtividade Mensal (MPM)**

Regulamentado pela Resolução CNJ n. 76/2009, refere-se ao sistema utilizado para o envio mensal de informações relacionadas às unidades judiciárias, aos magistrados e quadro de servidores e auxiliares, com objetivo de mensurar a produtividade dos tribunais sob diversos ângulos. Atualmente possui um total de 1.693 registros de servidores e auxiliares e 84 registros de magistrados.

#### **4. 9. Pesquisa de Recadastramento de Dados Étnico-Raciais no Poder Judiciário**

Instituída por meio da Resolução CNJ Nº. 203/2015, que dispõe sobre a reserva de vagas aos negros no Poder Judiciário, a pesquisa de recadastramento de dados étnico-raciais possibilitou identificar e registrar servidores e magistrados nos bancos de dados do PJAC e CNJ, o que representa um processo reconhecimento de direitos e respeito as diferenças.



#### 4. 10. Portal do Servidor no celular

Para otimizar a rotina das magistradas, magistrados, servidoras e servidores, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) lançou uma versão aprimorada do sistema ADMRH para dispositivos móveis. Essa nova versão oferece uma variedade de funcionalidades, incluindo a emissão de certidões, programação de férias, acesso a informes de rendimentos, alteração de senha, consulta a contracheques e diversas outras opções que visam facilitar o gerenciamento de tarefas e informações essenciais.



#### 4. 11. Convênio com a GEAP

A presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Regina Ferrari, assinou convênio com a GEAP Autogestão em Saúde.

O convênio tem por objeto a prestação de assistência à saúde aos magistrados e servidores, ativos e inativos, aposentados e pensionistas e ocupantes de cargo em comissão, do Poder Judiciário do Acre, bem como aos seus dependentes e respectivos grupos familiares definidos

#### 4. 12. Academia do Servidor

A reabertura da Academia do Servidor, após um período prolongado de fechamento, representou mais uma medida voltada à promoção e prevenção da saúde dos servidores. Atendendo magistrados, servidores ativos e inativos, colaboradores e seus dependentes para participarem de atividades físicas como musculação e pilates. Atualmente, atende uma média diária de 40 (quarenta) usuários, evidenciando o engajamento da comunidade jurídica nas práticas que visam o bem-estar e a saúde.



#### 4. 13. Junta Médica Oficial

Oficializada com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, em 27 de junho de 2023, com representantes do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), o Tribunal Regional Elei-



toral (TRE/AC) e o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC). A Junta Médica é composta por três médicos designados pelos órgãos e funciona numa sala no Centro Médico do TJAC. Com esta parceria foi possível organizar a política de atendimento e afastamento de servidores para prazos de até 15 dias.



#### **4. 14. Projeto Farmácia Viva**

Na semana do Meio Ambiente foram realizadas diversas atividades, dentre elas, degustação de chás (capim santo e erva cidreira) e distribuição de mudas de plantas regionais para 200 pessoas na Sede Administrativa do Tribunal de Justiça e também na Cidade da Justiça.

### **4. 15. CAMPANHAS E EVENTOS**

#### **4. 15. 1. Campanha Junho Amarelo**

Objetivando o combate e prevenção às Hepatites Virais, foi realizado no ano de 2023, a Campanha Junho Amarelo, quando foram oferecidos testes rápidos a todos servidores e magistrados para prevenção de Hepatites B e C, testes de Glicemia, Sífilis, Glicose e HIV.

#### **4. 15. 2. Campanha de Vacinação: COVID, BIVALENTE e Gripe-influenza**

Abrangeu a imunização contra a Covid-19, Vacina Bivalente e a Gripe - Influenza, oferecendo atendimento individualizado nos locais estratégicos do Tribunal, incluindo o Centro Médico, a Cidade da Justiça e o Fórum Barão do Rio Branco. Nesse processo, imunizou 466 membros da equipe, englobando servidores, magistrados, terceirizados, colaboradores e o público externo que frequentou as dependências do Tribunal.

A campanha teve como objetivo conscientizar os servidores sobre a importância da vacinação e a necessidade de ampliar a cobertura vacinal em todo o estado do Acre.





### 4. 15. 3. Dia dos Pais 2023

Em celebração ao Dia dos Pais, foi realizada confraternização especial, marcada por apresentação musical e desfile de moda masculina. No decorrer do evento, foram realizados atendimentos de enfermagem, incluindo a aferição de pressão arterial, testes de glicemia e distribuição de brindes e sachês contendo ervas. O momento foi dedicado não apenas à celebração, mas também à promoção do bem-estar e saúde entre os pais que se encontravam presentes.



### 4. 15. 4. Campanha Salvando Vidas

Realização de campanha de conscientização dos servidores e membros do Tribunal para a ação social e voluntária de doação de sangue. O HEMOCENTRO, por meio da unidade móvel, foi para o Tribunal. Quando divulgou a importância da doação e recebeu cerca de 40 (quarenta) voluntários doadores.



### 4. 15. 5. Campanha Setembro Amarelo e Outubro Rosa

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da GEVID, realizou atividades, demonstrando compromisso com as causas de prevenção ao suicídio e ao diagnóstico do



câncer de mama.

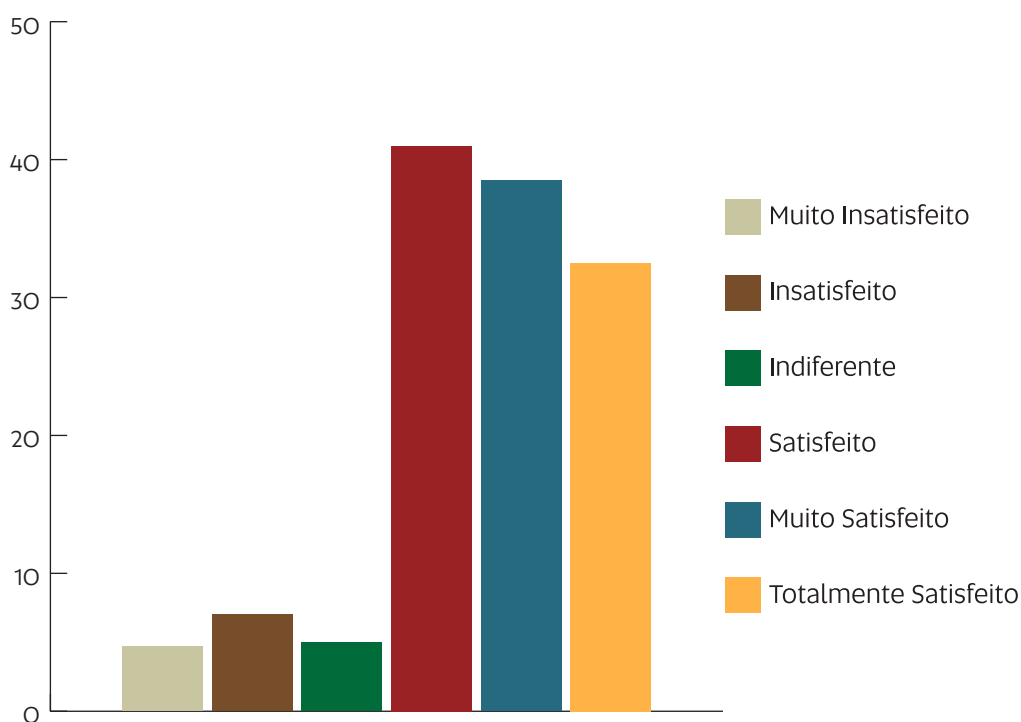
Setembro Amarelo é a campanha dedicada à prevenção do suicídio, que teve início no Brasil em 2015. A finalidade consiste em quebrar tabus, reduzir estigmas associados à saúde mental e estimular que todas e todos busquem e ofereçam ajuda.

No mês de outubro, atuou para conscientizar e alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama e câncer de colo de útero. As campanhas alcançaram os servidores da capital e do interior.

#### 4. 16. Pesquisa de Clima Organizacional

A realização da Pesquisa de Clima Organizacional do PJAC é uma oportunidade para que servidoras, servidores, magistradas, magistrados e colaboradores possam dar suas opiniões sobre os diversos aspectos que envolvem a cultura organizacional. Os dados coletados contribuem para nortear projetos e ações do PJAC e possibilitar a mensuração do clima organizacional no ambiente de trabalho.

### SATISFAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO



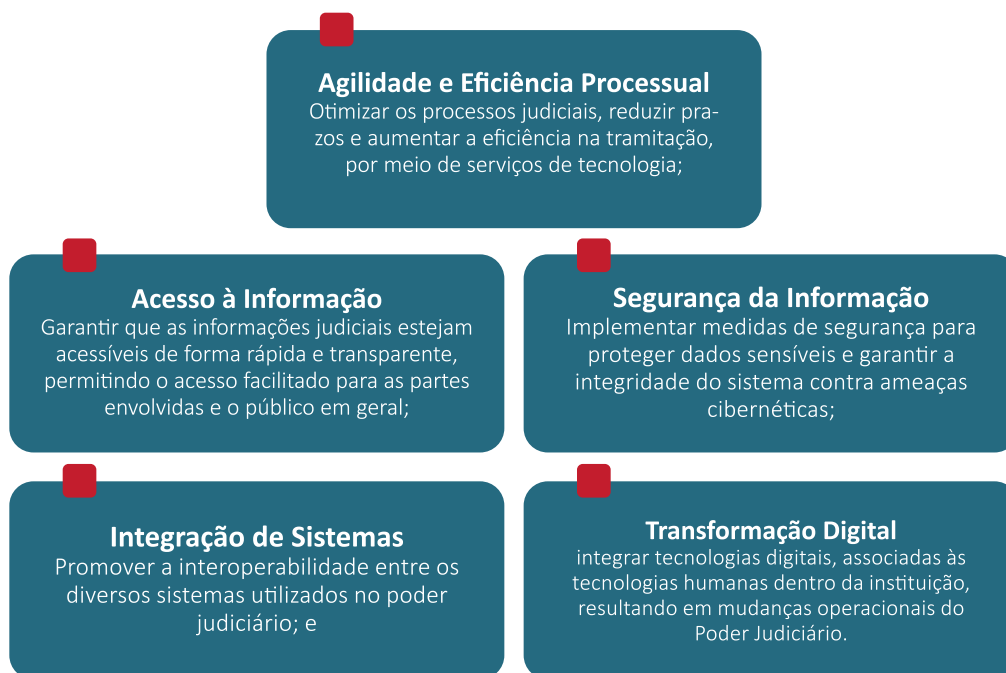
#### Satisfação do servidor em relação ao ambiente e serviços prestados.

O índice de satisfação evidenciado no gráfico anterior reflete o envolvimento e a satisfação dos colaboradores, indicando de maneira positiva a qualidade de sua relação com a instituição.



## 5. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A política de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no poder judiciário está vinculada aos eixos: “processos internos” e “aprendizado e crescimento”, que inclui a modernização, eficiência e transparência do sistema judicial. Algumas metas comuns estão associadas ao seu desempenho, contribuem para:



### 5. 1. Estratégia em TI

Edição e publicação da Resolução TPADM Nº 291/2023 que institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Estratégia de Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado do Acre, em cumprimento às Resoluções CNJ 370/2021 (Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário-ENTI-C-JUD) e 396/2021 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do PJ). ([https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2023/07/resolucao\\_TPADM\\_TJAC\\_291\\_2023.pdf](https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2023/07/resolucao_TPADM_TJAC_291_2023.pdf)).

### 5. 2. Implantação da Gerência de Serviços da Diretoria de Tecnologia da Informação, criada através da Resolução Nº 236/2019.

Com o objetivo de aprimorar as operações de tecnologia da informação no âmbito do PJAC, foi implantada unidade específica para gerenciar os serviços de TI, assim a administração busca centralizar e melhorar a gestão dessas atividades tendo como resultando maior eficiência e qualidade na entrega de serviços relacionados a área de tecnologia.





### 5. 3. Política de uso institucional da comunicação eletrônica no PJAC - Resolução COJUS Nº 40/2013

Complementação entre as plataformas GLPI e o **Chamado Fácil** para gerenciamento de chamados. A implementação do Chamado Fácil na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre produziu benefícios para a gestão de chamados e o atendimento aos usuários.

O chamado Fácil é uma plataforma específica para o gerenciamento de chamados, com foco na abertura, acompanhamento e resolução de solicitações de suporte e serviços. Seu objetivo principal é otimizar o processo de atendimento e a comunicação entre usuários e equipe de suporte.

GLPI- Gestão Livre de Parque de Informática: O GLPI é uma plataforma de software livre que oferece recursos para gerenciamento de chamados, inventário de equipamentos, gestão de ativos, entre outros. É uma solução abrangente e flexível, que pode ser personalizada de acordo com as necessidades específicas do Tribunal. O GLPI pode ser uma opção adequada se o Tribunal busca um sistema mais amplo de gerenciamento de TI, além do gerenciamento de chamados.

### 5. 4. Aquisição do data center e inicialização da execução e projeto executivo - SEI OO10174-74.2017.8.01.0000 - (processo finalizado)

A implementação de uma segunda sala segura é de extrema importância para garantir a segurança e a integridade das informações sensíveis e confidenciais, proporciona redundância e garante a continuidade das operações em caso de falhas, manutenção ou desastres na primeira sala segura. Isso minimiza interrupções e mantém a disponibilidade dos serviços essenciais, evitando perda de dados ou atrasos significativos nas atividades do Tribunal.





## 5. 5. Projetos/ações de desenvolvimento de painéis e dashboards em BI

Descrição	<p>Desenvolvimento migração BI Qlik Sense DIPES</p> <p>Desenvolvimento Painel IGOV-TIC</p> <p>Demandas Levantamento Patrimônio DITEC</p> <p>Desenvolvimento BI Painel de Frotas</p> <p>Desenvolvimento migração BI Qlik Sense COGER</p> <p>PAINEL Resolução 219</p> <p>Desenvolvimento BI METAS / Justiça em Números</p> <p>Formulário Avaliação de Riscos- Violência Doméstica TJ/MP</p> <p>Painel Relatórios LGPD</p>
-----------	---

## 5. 6. Implementação de novos serviços no SAJ

Serviço	Descrição
AR- Digital	Ferramenta de citação/intimação, intitulada de AR DIGITAL na modalidade E-carta para uso em todas as unidades judiciárias do Estado do Acre.
Central Digital de mandados	Atividades executadas pela Central de Mandados do PJAC, por meio do módulo CENTRAL DIGITAL DE MANDADOS no sistema SAJ.
Domicílio Judicial	Em andamento a configuração do sistema SAJ para implantação do Domicílio Judicial Eletrônico (ambiente judicial virtual que centralizará todas as comunicações processuais, citações e intimações expedidas pelos tribunais brasileiros)



## 5. 7. Desenvolvimento de novos sistemas

Sistema	Descrição
CPTEC/TJAC	Sistema de Cadastro eletrônico de Peritos, administradores Judiciais, Auxiliares da Justiça e Credenciamento de intérpretes especializados e peritos antropólogos.
Formulário de Avaliação de Riscos de Violência Doméstica TJ/MP	Trata-se de cumprimento da Resolução Conjunta nº 05/2022 que institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
SPROL - Sistema de Produtividade de Juízes Leigos e Conciliadores	Em andamento nova versão do SPROL que se destina ao acompanhamento da produtividade de Juízes Leigos e Conciliadores.

## 5. 8. SISBAJUD: automação de processos - RPA (Robôs)

Entrega do primeiro sistema de automação massiva voltado para elaboração de minutas de bloqueio de valores para processos que tiverem esse ato, trata-se do SISBAJUD - Sistema de Automação de rotinas cartorárias.



## 5. 9. Contratação de empresa especializada em TIC

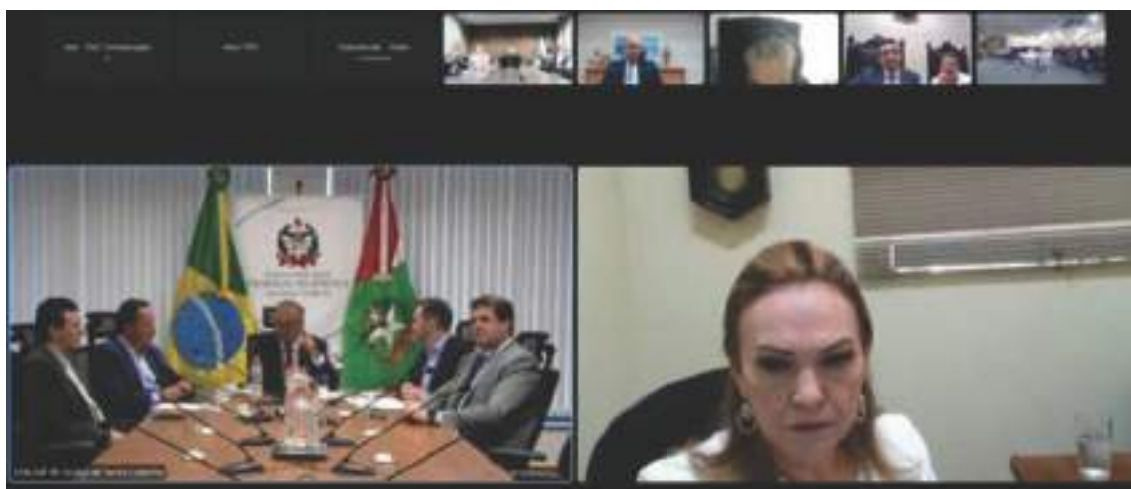
O Poder Judiciário do Acre, visando aprimorar a eficiência e a qualidade de seus serviços, contratou empresa especializada em prestação de serviços de suporte técnico relacionados à microinformática. Trata-se de contrato de natureza continuada, para atendimento das demandas relacionadas à área de tecnologia com resolução ágil de requisições e incidentes, além da realização de manutenções programadas nos equipamentos além de outros serviços, como por exemplo: atendimento e resolução de requisições e incidentes, manutenção programada de equipamentos, fornecimento de sistema de gerenciamento de serviços, desenvolvimento e aprimoramento de sistemas, análise de processos e otimização.

Esses serviços representam um passo significativo na modernização e no fortalecimento dos recursos tecnológicos do Poder Judiciário do Acre, consolidando a busca pela excelência por meio de uma abordagem abrangente e integrada e eficaz.

A empresa contratada dispõe de profissionais de diversas áreas de TI como, Analistas de Sistemas, Analistas de Negócios, Analistas de Automações, especialistas em Redes e Infraestrutura, especialista em controle de Qualidade, Analista de Microinformática e Analista de Suporte.

## 5. 10. Implantação do EPROC

A implantação do sistema **EPROC** no Poder Judiciário visa modernizar e agilizar os processos judiciais, permitindo o gerenciamento eletrônico de documentos, petições e informações relacionadas aos processos judiciais. Um olhar institucional voltado para o futuro das boas práticas e da segurança operacional para a gestão de resultados de forma integrada.



Assinatura digital do Termo de Cooperação nov. 2023



O sistema eproc tem se destacado como uma solução eficiente e moderna para a gestão de processos judiciais eletrônicos, promovendo agilidade, acessibilidade e transparência. Ao longo dos últimos anos, o sistema, desenvolvido pelo TRF4, tem alcançado resultados positivos a todos os envolvidos e certo incremento na agilidade, acessibilidade no sistema de automação judicial.

Um projeto que atende às exigências do CNJ em substituição ao PJe que estava prevista para se concretizar em 2025, inicia sua materialização em 2023.

**Termo Cooperação** assinado com TRF4- Os equipamentos para a instalação do sistema já foram adquiridos em sua maior parte.



## 6. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A política de gestão financeira e orçamentária para o PJAC está incluída no Eixo “**Sustentabilidades (Estrutural e Financeira)**” e segue as diretrizes e práticas com vistas a garantir a eficiência e transparência na administração dos recursos financeiros. A gestão financeira e a gestão orçamentária desempenham um papel crucial na capacidade do órgão cumprir sua missão, garantindo acesso à justiça de maneira eficaz e equitativa. As normas e procedimentos adotados para gerir os recursos financeiros do PJAC, incluem ações voltadas para a arrecadação de receitas, alocação de despesas, controle orçamentário e prestação de contas.

A transparência nesse processo tem sido vital, fato relevante que contribuiu para assegurar a confiança da sociedade na gestão da justiça. Os resultados deste eixo também somaram pontos para classificar o TJAC em 3º lugar em TRANSPARÊNCIA no Ranking Nacional.

A política de gestão orçamentária envolve a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento do tribunal. Isso abrange a definição de metas e prioridades traçadas no Planejamento Estratégico da Instituição, com a alocação de recursos conforme as necessidades em relação ao planejamento estabelecido.

O orçamento do exercício de 2023 foi aprovado pela Lei nº 4.075 de 28 de dezembro de 2022, no qual foi fixada as despesas e receita inicial do Tribunal de Justiça em R\$ 461.851.561,37, e 71 milhões de créditos adicionais e superávit de 2022, conforme demonstrativo abaixo:

Orçamento 2023					
Descrição	Valor Inicial	Valor Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Duodécimo	382.394.060,94	404.448.150,51	393.642.809,04	343.457.396,84	343.457.396,84
Restituição aos Poderes	47.517.775,79	52.338.085,44	47.418.449,69	47.418.449,69	47.409.463,02
Convênios	4.097.724,64	12.533.237,38	7.106.974,58	1.565.765,89	1.561.365,89
FUNEJ	24.000.000,00	59.412.546,52	23.398.430,63	15.688.020,87	15.678.256,37
FECOM	2.640.000,00	3.527.323,12	2.781.340,45	2.781.340,45	2.781.340,45
FUNSEG	1.200.000,00	5.617.357,73	4.515.645,08	978.161,41	978.161,41
FERRFIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Fundos	27.842.000,00	68.559.227,37	30.695.416,16	19.447.522,73	19.437.758,23
Total Geral	461.851.561,37	537.878.700,70	478.863.649,47	411.889.135,15	411.865.983,98



Os recursos fixados visam o atendimento das atividades administrativas do TJAC, o custeio com folha de pagamento, manutenção e, principalmente, para os investimentos priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei Nº 3.975 de 01/08/2022, a saber:

**a – Execução do Plano de Obras:**

Prioridades: Construção do Fórum de Brasília, Reformas dos Fóruns nas Comarcas do Interior.

**b – Modernização Administrativa:**

Prioridades: Modernização e desenvolvimento do Poder Judiciário do Estado do Acre (fortalecimento das carreiras; melhoria da segurança e do meio ambiente do trabalho; infraestrutura tecnológica).

A sua estrutura levou em consideração as orientações das Resoluções N. 194 e 195, de 2014 do Conselho Nacional de Justiça, que visam à priorização ao Primeiro Grau de Jurisdição e a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de Primeiro e Segundo Graus, conforme

Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexa, objeto da Lei Orçamentária Anual – LOA 2023.

## 6. 1. Execução Orçamentária e Financeira

GRUPO NATUREZA/DESPESA	Valor Empenhado	Valor Pago	Valor Liquidado
1 – Despesas Pessoal	349.691.761,46	319.649.022,40	319.658.009,07
3 – Outras Despesas Correntes	100.949.637,87	83.634.017,98	83.648.182,48
4 – Outras Despesas de Capital	28.222.250,14	8.582.943,60	8.582.943,60
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>478.863.649,47</b>	<b>411.865.983,98</b>	<b>411.889.135,15</b>

Categoria Econômica	Descrição do Elemento de Despesa	Despesas Empenhada Total	Despesas Paga Total
Despesas com Pessoal		349.691.761,46	319.658.009,07
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e reformas	56.818.747,66	48.588.973,84
3.1.90.03.00.00.00.00	Penções	21.823.198,51	14.364.868,81
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação por tempo determinado	2.496.887,76	2.453.887,76
3.1.90.07.00.00.00.00	Contribuição à ent fechadas de previdência	198.534,10	198.534,10
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e vantagens fixas- pessoal civil	213.261.134,00	204.913.065,17





3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações patronais	3.757.119,21	3.303.119,21
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras despesas variáveis- pessoal civil	16.352.500,08	10.851.920,04
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças judiciais	257.780,40	257.780,40
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas de exercícios anteriores	10.908.086,95	10.908.086,95
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações trabalhistas	2.658.419,88	2.658.419,88
3.1.91.13.00.00.00.00	Contribuições patronais	21.159.352,91	21.159.352,91
<b>Outras Despesas Correntes</b>		<b>100.949.637,87</b>	<b>83.648.182,48</b>
3.3.50.20.00.00.00.00	Auxílio financeiro a pesquisadores	1.000.000,00	250.000,00
3.3.90.04.00.00.00.00	Contratação por tempo determinado	68.200,00	34.760,00
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros benefícios assistenciais	72.518,23	72.518,23
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias- pessoal civil	1.641.507,86	1.641.507,86
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de consumo	2.814.410,98	2.123.003,87
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	23.071,00	23.071,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e despesas com locomoção	3.962.046,08	3.764.656,66
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros serviços de terceiros- pessoa física	1.931.685,09	1.846.250,67
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de mão-de-obra	6.318.968,18	4.753.798,59
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros serv de terceiros-pessoa jurídica	10.367.271,81	6.815.931,05
3.3.90.40.00.00.00.00	Serviços de tecnologia da informação e comunicação- PJ	15.391.949,56	10.741.625,75
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-alimentação	15.240.718,81	15.240.718,81
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações tributárias e contributivas	156.451,60	153.451,60
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-transporte	181.428,85	181.428,85
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de exercícios anteriores	11.996.547,57	8.083.177,29
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e restituições	29.672.862,25	27.834.862,25
3.3.91.39.00.00.00.00	Intra-orç- outros serviços de terceiro-pessoa jurídica	110.000,00	87.420,00
<b>Despesas com Investimento</b>		<b>28.222.250,14</b>	<b>8.582.943,60</b>
4.4.90.40.00.00.00.00	Serviços de tecnologia da informação e comunicação- PJ	6.243.688,12	1.129.963,16
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e instalações	7.642.945,87	2.572.518,55
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e material permanente	13.217.713,26	3.762.559,00
4.4.90.92.00.00.00.00	Despesas de exercícios anteriores	79.817,81	79.817,81
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizações e restituições	1.038.085,08	1.038.085,08
<b>Total Geral</b>		<b>478.863.649,47</b>	<b>411.889.135,15</b>

## 6. 2. GESTÃO FINANCEIRA

Como Unidade Administrativa, a Finanças é a diretoria responsável pelo desempenho orçamentário e financeiro e tem o dever de garantir uma boa gestão do patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Para isso, exerce funções de contabilidade, ges-





tão das finanças, controle e gestão de custos.

Tendo em vista a sua essência de negócios, os objetivos pertinentes da Diretoria de Finanças estão voltados à execução orçamentária, apuração de custos e aos registros contábeis pela contabilidade (relatórios financeiros, orçamentários, fiscais e patrimoniais), todos integrados e inter-relacionados para garantir a excelência em gestão financeira.

### 6. 3. PROGRAMA DE AUTONOMIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - PAFO

O Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária, sob a coordenação executiva do Gabinete da Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Dra. Zenice Mota Cardozo, (re)estabelece os procedimentos necessários para geração de recursos financeiros e orçamentários, em consonância com as legislações em vigor aplicáveis com o devido apoio à tomada de decisão judicial para fins na aplicação de processo de perdimento.

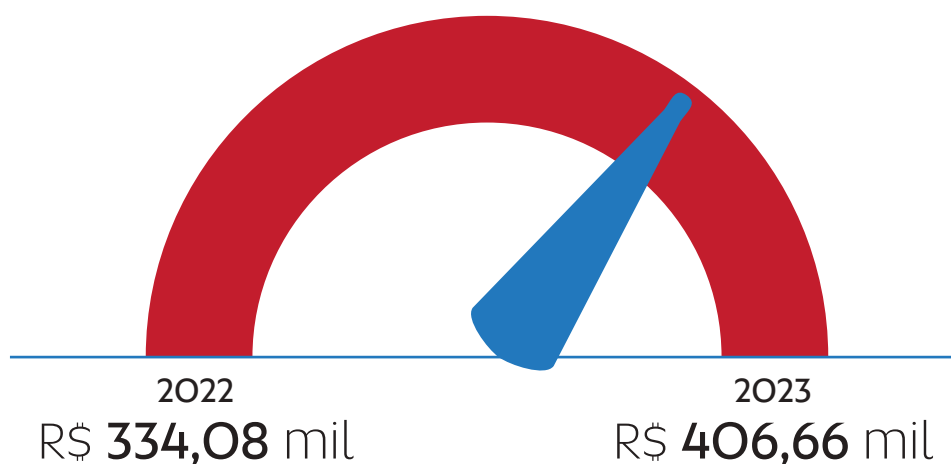
### 6. 4. CUMPRIMENTO GERAL EM RELAÇÃO AOS RECUPERÁVEIS



Fonte de dados: Planilha Execução



## 6. 5. RELAÇÃO AO VOLUME DE RECUPERÁVEIS



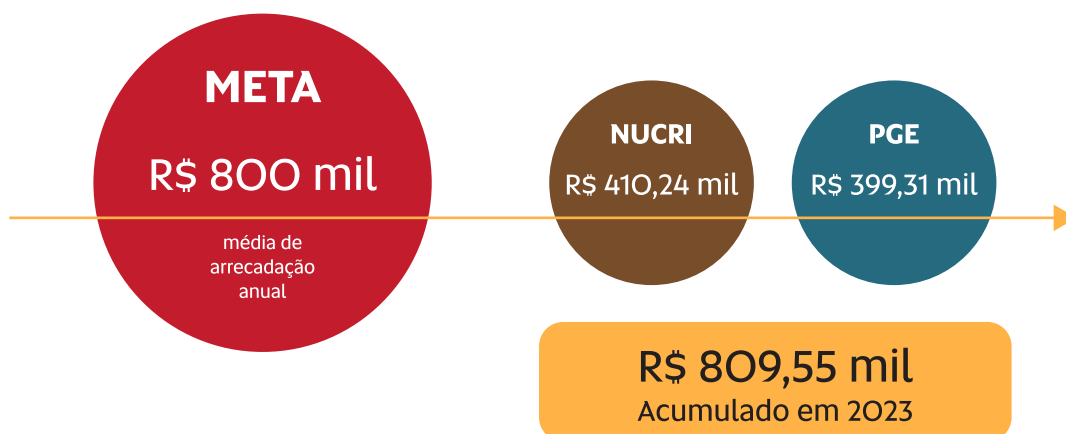
### Análise de Resultado:

No acumulado de janeiro a novembro, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, a receita própria-PAFO apresentou uma alta de 21,72%.

## 6. 6. Gestão de Receitas Próprias

### Receitas Judiciárias

Arrecadação em 2023 até 31.10.2023





## Resultados em (2023)

Recuperação Acumulada (NUCRI)  
Em relação à Arrecadação  
2023: **50,67%**

Recuperação Total (PGE)  
Em relação à Arrecadação  
2023: **49,32%**

**1,19%**

Acima da Meta  
(2023)

## 7. INFRAESTRUTURA, MANUTENÇÃO E LOGÍSTICA

A infraestrutura e manutenção para o TJAC assenta-se no conceito de manutenção, adequação e modernização dos recursos físicos, tecnológicos e logísticos necessários para o bom funcionamento das instalações do tribunal, bem como a preservação e o adequado desempenho dos equipamentos e sistemas utilizados, compõem o eixo “sustentabilidades” (estrutura e finanças) .

Esses aspectos contribuem na eficiência operacional e na continuidade das atividades judiciais. Nesse sentido, foi fortemente priorizada durante estes 300 dias de gestão: as instalações físicas (com forte evidência no interior), compromisso assumido no Plano de Gestão; tecnologia da informação, com aquisição de equipamentos, softwares de apoio às atividades judiciais, Inteligência artificial- IA, Robôs e segurança digital; ampliação e modernização do sistema de segurança física e predial; garantia dos serviços de limpeza, conservação e manutenção; gestão de resíduos; planejamento de espaços e logística.






Reformas que trazem “LUZ”.

### 7. 1. Manutenção predial (capital e interior)

Foram realizadas duas contratações, sendo uma para atendimento das Comarcas do alto e baixo Acre, e outra para atender as Comarcas do Juruá, cujo objeto diz com a prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de manutenção predial corretiva e/ou preventiva.



		
Obras Concluídas	Obras em Execução	Obras em Fase de Licitação
<p>- Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica da Cidade da Justiça de Rio Branco- ENERGIA LIMPA.</p>	<p>- Reforma das Comarcas de Capixaba, Xapuri, Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa, Jordão, Porto Walter, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Vila Campinas, ESJUD, Central de Acolhimento (Guarita da Cidade da Justiça) e Juizados Especiais Cíveis; - Construção do Centro Administrativo do Município de Brasília; e - Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica.</p>	<p>- Instalação dos novos elevadores no Fórum Criminal de Rio Branco/AC ; e - Reforma da Comarca de Assis Brasil.</p>



## 7. 2. Deflagração de certame licitatório para reforma dos prédios dos fóruns das comarcas de Acrelândia, Plácido de Castro, Manoel Urbano e Bujari





### 7. 3. Renovação da frota de veículos

Objetivando melhorar as condições de trabalho e de deslocamento de servidores e magistrados foram adquiridos 15 (quinze) novos veículos para diversas unidades do PJAC, conforme a seguir:

	VEÍCULO	PLACA	COMARCA	DATA DA CAUTELA
1	L200 TRITON	SHA2A21	Xapuri	31/03/2023
2	L200 TRITON	SHA2A61	Brasiléia	31/03/2023
3	TOYOTA COROLLA	QLU3212	Cruzeiro do Sul	27/04/2023
4	L200 TRITON	SHA2A51	Epitaciolândia	27/04/2023
5	L200 TRITON	NAE2384	2ª Vara da Infância	04/05/2023
6	NISSAN MARCH	NXT1208	2ª Vara da Infância	04/05/2023
7	L200 TRITON	NAE3014	Manoel urbano	19/05/2023
8	L200 TRITON	SHA2A01	Sena Madureira	22/05/2023
9	L200 TRITON	SHA5I51	Plácido de Castro	13/06/2023
10	L200 TRITON	SHA5G91	DITEC	31/08/2023
11	TOYOTA HILUX	MZT3716	Bujari	13/09/2023
12	L200 TRITON	NAE3024	Porto Acre	13/09/2023
13	L200 TRITON	NAE2414	Rodrigues Alves	26/06/2023
14	NISSAN MARCH	NXT1198	Fórum Criminal	13/10/2023
15	TOYOTA HILUX	NAB0457	Capixaba	10/07/2023





#### **7. 4. Manutenção do sistema de refrigeração (chiller e VRF) e energia (subestações, geradores e nobreak)**

Por meio da Dilog e DRVAC, foram iniciadas a revisão e a reestruturação do sistema de refrigeração (chiller e VRF) e de energia (subestação, geradores, nobreak e cabine de distribuição) dos prédios sede do Tribunal de Justiça e Cidade da Justiça de Rio Branco, abrangendo mão de obra, emprego de ferramentas, equipamentos, insumos, materiais e fornecimento de peças com reposição imediata de componentes genuínos.

#### **7. 5. Contratação de de serviços terceirizados e eficiência em logística**

Foram realizadas novas contratações de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de serviços terceirizados de jardineiro, carregador, roçador, copeiro, montador e motoristas. Além da abertura de processos para contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação diária (com material e equipamentos), objetivando-se suprir as demandas de rotina das atividades de funcionamento do TJAC.





## 7. 6. Outros serviços essenciais para o bom funcionamento das atividades jurisdicionais e administrativas, quais sejam:

- a. Serviços de recarga de extintores;
- b. seguro veicular;
- c. manutenção de PABX;
- d. dedetização;
- e. decoração;
- f. agenciamento de viagem e hospedagem;
- g. lavagem de veículos e de poltronas;
- h. manutenção de veículos, entre outros serviços.

## 7. 7. Publicidade e identidade visual

Como investimento na instrumentalização da política de transparência, com vista a refletir na confiança da sociedade no Poder Judiciário, a administração promoveu as seguintes contratações:

- a. Formação de Registro de Preço para aquisição de materiais/serviços gráficos e de identidade visual, no valor de R\$307.264,90 (trezentos e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos.)
- b. Formação de Registro de preços para aquisição de câmera Nikon D780 Af –s 24 – 120mm, Full HD, Wi-fi, Lente AF-S NIKKOR 70-200mm f/2.8E FL ED VR, Flash Nikon Speedlight AF SB – 700, Iluminador de LED Greika TL-160 Indoor, Microfone Nikon Canon Pentax Dslr, Bateria Nikon EN-EL15c, suporte pedestal braço de mesa articulado para microfone, tripé de iluminação GY190 Light Stand de 1.9metros, AM-BLACK-1 Microfone condensador USB Arcano AM-BLACK-1, no valor de R\$119.980,48 (cento e dezenove mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos).
- c. Aquisição de painel de LED - outdoor eletrônico - para divulgação das ações e serviços do Poder Judiciário Acreano, no valor de R\$ R\$125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).
- d. Registro de preços para aquisição de revista comemorativa alusiva aos 120 Anos de Justiça no Acre e 60 anos de instalação do TJAC no estado do Acre, no valor de R\$42.000,00 (quarenta e dois mil reais).





Painel de LED - outdoor eletrônico

## 7. 8. Contratações em tecnologia

O investimento em tecnologia é estratégico para a modernização e eficiência da administração pública. A utilização de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) proporciona ganhos expressivos em termos de agilidade, transparência e qualidade dos serviços oferecidos à população.

As soluções tecnológicas otimizam processos internos, reduzem a burocracia e melhoram a tomada de decisões por meio de análises de dados mais precisos, conceito presente no eixo “Aprendizado e Crescimento”.

O alinhamento entre a administração pública e a tecnologia é um passo crucial para a construção de uma gestão mais eficiente, transparente e adaptada às exigências da sociedade contemporânea. Neste sentido, destacam as seguintes aquisições:

	Produto/Serviço de TIC	Descrição
01.	Data center pré-fabricado outdoor- DCPFO	Contratação de empresa especializada para projetar, fornecer, implantar e integrar, em regime “turnkey” de solução de data center pré-fabricado outdoor.
02.	Servidores Rack	Aquisição de equipamentos necessários para expansão do sistema de vídeo videoconferências das audiências em matéria criminal realizadas pelo TJAC
03.	Licenças Qlik Analytics Platform (QAP)	Expansão de licenciamento de produtos da plataforma Qlik e seus respectivos serviços de manutenção, suporte, visualização e descoberta de dados com capacidade de inteligência de negócio de autoatendimento (“Self-service BI”),



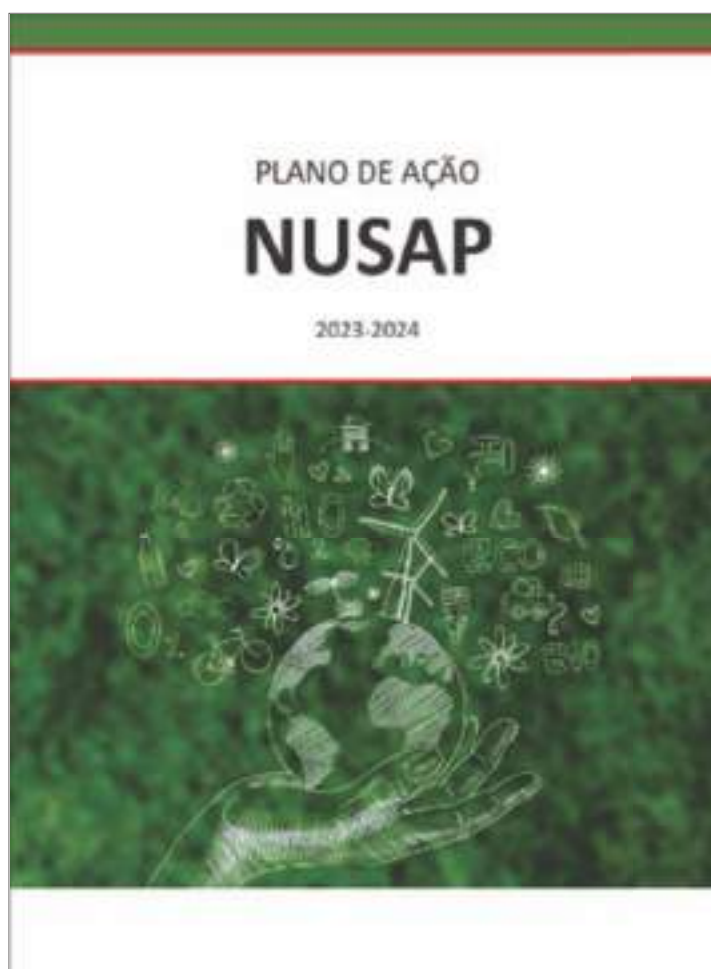
04.	Aquisição de Storage	Aquisição de STORAGE, contemplando hardware, software e demais componentes, com instalação, configuração, suporte técnico, treinamento e garantia de 60 meses.
05	Aquisição de Notebooks e computadores Mini Desktop	Aquisição de notebooks e 113 computadores objetivando a modernização do Parque Computacional do TJAC.
06	Infraestrutura de backup	Registro de preços para a eventual contratação de infraestrutura de backup, contendo software/serviços, licenças e equipamentos de proteção de dados para infraestrutura de TIC do TJAC.
07	Workstation e monitores	Registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos de informática
08	8 Painéis de LED P4 Indoor	processo de aquisição eventual de até 8 Painéis de LED P4 Indoor compreendendo fornecimento, montagem e instalação do mesmo
09	Outras contratações de TIC	Serviços de links de fibra ótica e satélite, equipamentos de TIC em geral e periféricos, e aquisições de softwares



## 8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental, presente no eixo “sustentabilidades” (estrutural e financeira), para o Poder Judiciário, envolve a adoção de práticas e políticas que minimizem o impacto ambiental das operações do sistema judicial e promovam a responsabilidade ambiental. Integrar princípios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também reflete valores de cidadania e responsabilidade social. Assim destacam as políticas desenvolvidas pelo NUSAP e asseguradas nas práticas de Governança de: buscar soluções para eficiência e segurança energética- fotovoltaicas-, dentre outros; gestão de resíduos; digitalização de documentos; controle do uso de combustíveis; qualidade de vida nos ambientes físicos do TJ; Educação e conscientização ambiental; monitoramento e controle do uso de materiais e equipamentos.

Elaborado Plano de ação 203-2024 que dialoga com as Diretrizes nacionais e objetivos locais definidos pela atual gestão





## 8. 1. Projeto Biblioteca Compartilhada

Em alusão a Semana da Amazônia foram realizadas diversas atividades destinadas ao reforço de práticas sustentáveis, dentre as quais, se destaca o projeto “Biblioteca Compartilhada”, a ação faz parte da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU) e tem a finalidade que as pessoas não descartem os livros que estão sem uso ou parados, no meio ambiente, podendo deixá-los na biblioteca compartilhada e retirá-los quando desejarem ler.



## 8. 2. Concurso de projetos de “Boas Práticas Sustentáveis”

A presidência do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a Coordenadoria do Núcleo Socioambiental Permanente da instituição, por meio da Portaria Conjunta nº 57/2023, realizaram concurso interno para implementação de práticas sustentáveis inovadoras.

Com o concurso o TJAC cria mais uma forma de envolver seu público interno no projeto de sustentabilidade da Justiça do Acre. Afinal, essa deve ser uma preocupação e política de gestão das instituições públicas, assim como, um compromisso individual, pois, os impactos da destruição ambiental afetam todas e todos, como foi o caso da pandemia da Covid-19 ou como é, por exemplo, a falta de alimento, de água potável e o aumento das temperaturas.

Além de alcançar metas institucionais, a premiação incentiva a ampliação de ações sustentáveis coletivas e individuais.



## 9. FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PROJETOS SOCIAIS

Os projetos sociais para o Poder Judiciário do Acre é uma maneira de contribuir para o desenvolvimento da comunidade e promover a justiça social. Este objetivo se integra ao eixo “Sociedade”. Os projetos desenvolvidos abordam diversas áreas, com a perspectiva de superar desafios sociais, proporcionando impactos positivos na vida das pessoas. Ideias simples e resultados dinâmicos se vinculam aos projetos sociais que executados junto a sociedade do Acre, por meio de parcerias e emendas parlamentares, os quais se destacam:

### 9. 1. Doação de equipamentos para Colégios Militares de Rio Branco

A presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Regina Ferrari, entregou equipamentos ao Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC). A doação servirá para a implantação do laboratório de informática do Colégio Militar Dom Pedro II, no bairro Santo Afonso, e para a Escola Cívico-Militar Wilson Barbosa, na Cidade do Povo, ambos em Rio Branco. objetivando contribuir com o ensino e desenvolvimento do aprendizado das crianças e adolescentes daquelas escolas.



### 9. 2. Doação de Equipamentos para Associação dos Magistrados do Acre - ASMAC

A presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Regina Ferrari, fez a entrega de equipamentos tecnológicos, entre computadores e monitores, à Associação dos Magistrados do Acre (Asmac).

Ao fazer a entrega, a desembargadora-presidente evidenciou a parceria entre o Poder Judiciário acreano com a Asmac, a boa conservação dos equipamentos e que espera uma boa utilização das máquinas para contribuir no fluxo de serviços da associação.



### 9. 3. Doação de equipamentos de informática à escola infantil de Porto Acre

Com a finalidade de contribuir para a melhoria das condições de desenvolvimento educacional e social aos estudantes, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) fez a entrega de equipamentos de informática à Escola Municipal Lápis Mágico, situada no município de Porto Acre.

Foram entregues 6 (seis) monitores, 6 (seis) teclados e 6 (seis) gabinetes, ou seja, seis máquinas completas que não estão mais em utilização nos serviços judiciários.







## 9. 4. Doação de computadores para Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC

Em ato de cooperação, o Poder Judiciário destinou equipamentos de informática ao Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Acre (PMAC). Ressalta-se que essa relação institucional vem contribuindo bastante com a educação e cidadania de pessoas privadas de liberdade.

A ação possibilita realização de cursos educativos para reeducandos e para o setor administrativo da unidade penitenciária beneficiada. Os recursos são provenientes do Fundo Especial do Poder Judiciário (Funej).

O Bope recebeu 17 computadores ao todo, além de periféricos e acessórios. A parceria do TJAC com a PMAC também apoia o projeto de remição de pena de reeducandos e pessoas privadas de liberdade, mediante projetos de incentivo à educação e à cultura.



## 9. 5. Projeto Pedalando Novos Tempos

Implantação do “Pedalando Novos Tempos” que visa proporcionar oportunidades de aperfeiçoamento profissional para adolescentes do Sistema Socioeducativo do Acre, tendo como ponto de partida o curso de Mecânico de Bicicletas.

O projeto terá vigência de dois anos e contará com a parceria do Governo do Acre, por meio do ISE, o Ministério Público do Acre, SENAI, SENAC e SENAT.



## 9. 6. Projeto Infância Literária

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) lançou o projeto “Infância Literária”, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), em uma atividade que contou com a participação de alunos da Escola São José, no município de Cruzeiro do Sul/AC.

O objetivo central é democratizar o acesso aos livros e estimular o hábito da leitura entre os alunos e contribuir com o desenvolvimento intelectual e cultural das crianças na região.

A iniciativa foi lançada pela presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferraria e a Coordenadora da Infância e Juventude (CIJ), desembargadora Waldirene Cordeiro, com a participação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Samoel Evangelista, a decana da Corte, desembargadora Eva Evangelista, e o desembargador e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Laudivon Nogueira.



O projeto “Infância Literária” também foi realizado na Comarca de Rio Branco/AC, envolvendo alunos da Escola Frei André, Cidade do Povo. Eles participaram de uma manhã literária no Palácio da Justiça, com atividades como contação de histórias por Tânia Macoli e uma visita à exposição permanente que narra a história do Judiciário acreano, com explicações da gerente de Acervos, Ana Cunha.







## 9. 7. Instituição de Central de Vagas do Sistema Socioeducativo

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e instituições do Sistema de Justiça firmaram a Portaria Conjunta n.º58/2023, estabelecendo e regulamentando a Central de Regulação de Vagas (CRV) para o Sistema Socioeducativo do Acre. A CRV, integrada ao Instituto Socioeducativo do Estado do Acre (ISE), visa aprimorar a admissão de adolescentes no sistema, alinhando-se à capacidade de atendimento para evitar superlotação.

O documento foi assinado pela Presidente Regina Ferrari, a coordenadora da Infância e Juventude (CIJ), desembargadora Waldirene Cordeiro, pelo procurador-geral da Justiça do Ministério Público do Acre (MPAC), Danilo Lovisaro, a defensoria pública-geral do Acre, Simone Santiago, o presidente do ISE, Mário César e a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sarah Farhat.



## 9. 8. Instituição do Comitê Local da Primeira Infância do Judiciário do Acre

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) instituiu o Comitê Gestor Local da Primeira Infância por meio da Portaria n.º301/2023, conforme publicação no Diário da Justiça Eletrônico, edição n.º7.236, que tem como objetivo implementar o projeto “Justiça começa na infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano e integral” e atender à Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.

## 9. 9. Projeto Arte do Ser

O projeto é uma extensão da sala de aula e leva para crianças atividades que ajudam na compreensão e reflexão de questões sociais, realizado na escola Frei André localizada no conjunto habitacional Cidade do Povo no município de Rio Branco Acre.



## 9. 10. Projeto Colo de Amor

O objetivo geral do projeto Colo de Amor é dar afeto às crianças em situação de vulnerabilidade visando minimizar ou extinguir danos futuros que possam interferir no desenvolvimento pleno do infante. Sendo assim, essa prática está alinhada com as diretrizes estabelecidas tanto pela Constituição Federal quanto pelo Marco Legal da Primeira Infância.



Neste ano, o Projeto Colo de Amor realizou ação para as crianças do Educandário Santa Margarida.

## 9. 11. Programa Radioativo

O Programa “Radioativo” feito em parceria com a Federação das Indústrias do Acre – FIEAC visa promover a qualificação profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, desenvolvendo competências profissionais para uma inserção qualificada no mercado de trabalho, em continuidade às ações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica nº 3120/2018. O programa promove a qualificação profissional por meio dos cursos de Aprendizagem ofertados pelo SENAI e SENAC, buscando a inclusão de jovens do Sistema Socioeducativo do Estado do Acre. A partir da experiência desse programa, foi possível incluir jovens no mercado de trabalho.





## 9. 12. Programa Fortalecendo Vidas

O Programa “Fortalecendo Vidas” tem como enfoque o fortalecimento de crianças e adolescentes em medida protetiva e socioeducativa, através do desenvolvimento de valores e princípios com a perspectiva de educação interdimensional.

## 9. 13. Programa Abraçando Filhos

O TJAC criou o Comitê Gestor Local da Primeira Infância por meio da Portaria n.º301/2023, conforme publicado na edição n.º7.236 do Diário da Justiça Eletrônico. Este comitê visa implementar o projeto “Justiça começa na infância”, fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano e integral, em conformidade com a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.

Em 2023, nas vésperas do Dia das Mães, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) realizou a edição do projeto “Abraçando Filhos”, com a presença de 25 mulheres que cumprem pena na Unidade Feminina Prisional de Rio Branco, quando puderam abraçar seus filhos, foram 52 crianças acarinhadas pelas suas mães .

## 9. 14. Projeto ECA na Comunidade - Direitos e Deveres

O ECA na comunidade busca disseminar o Estatuto da Criança e do Adolescente entre pais, professores, alunos, equipe pedagógica e demais envolvidos na educação, o objetivo é fazer conscientizar sobre o ECA, esclarecendo que o estatuto não impede os pais e a escola de exercerem sua função educativa.

## 9. 15. Projeto Cidadania e Justiça na Escola

O projeto visa contribuir com a formação de crianças como agentes multiplicadores e promover a interação entre o Poder Judiciário e a sociedade, além de permitir aos magistrados uma compreensão mais profunda da realidade social. Em 2023, o projeto “Cidadania e Justiça na Escola” implementou ações em várias escolas do interior e da capital do Acre.

## 9. 16. Projeto Cidadão

O Projeto Cidadão é um trabalho social realizado pelo Poder Judiciário do Estado do Acre em parceria com diversos órgãos, dentre eles: Governo do Estado do Acre (Secretaria de Estado da Mulher e Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas), Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), Defensoria Pública do Acre, Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Receita Federal, Polícia Civil do Acre, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e Prefeituras.

Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o di-



reito de acesso rápido à justiça de forma gratuita, adquirir a documentação básica, bem como ser atendida pelos serviços públicos das áreas de: assistência social, saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho.

Nos período de abril a novembro de 2023, foram realizados projetos cidadãos nas seguintes localidades, com os seguintes resultados de atendimentos:

LOCALIDADES	DATA DO EVENTO	PESSOAS ATENDIDAS
Seringal Paraíso- Tarauacá	19 e 20 de abril de 2023	526
Evento Especial (Parque de Exposições)	Período das Enchentes	15
Acrelândia (Casamento Coletivo)	26 de abril de 2023	49
Manoel Urbano	19 a 23 de maio de 2023	4.761
Sena Madureira	16 a 18 de agosto de 2023	5.481
Cruzeiro do Sul (Casamento Coletivo ExpoJuruá)	01 de setembro de 2023	500
Mâncio Lima (Aldeia Puyanawa)	21 de setembro de 2023	3.704
Mâncio Lima (Casamento Coletivo)	23 de setembro de 2023	200
Mâncio Lima	23 de setembro de 2023	330
Cruzeiro do Sul (Comunidade Santa Luzia)	26 e 27 de setembro de 2023	1.549
Cruzeiro do Sul	28 de setembro de 2023	5.680
Epitaciolândia	26 e 27 de outubro de 2023	3.790
Epitaciolândia (Casamento Coletivo)	28 de outubro de 2023	100
Capixaba (Casamento Coletivo)	01 de novembro de 2023	75
<b>Total de atendimentos</b>		<b>26.760</b>







## 9. 17. Projeto de lei estadual para implantação de grupos reflexivos

A presidente do TJAC, e a coordenadora da Comsiv, desembargadora Eva Evangelista, entregaram a minuta do projeto de lei estadual para grupos reflexivos ao presidente da Aleac, deputado Luís Gonzaga, e ao primeiro secretário, deputado Nicolau Júnior.

O evento ocorreu durante a campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência



Doméstica”, marcando o avanço da política de combate a essa violência e o desejo de ampliar ações educativas para redefinir padrões opressores.

## 9. 18. Política de alternativas penais no judiciário acreano

A política de alternativas penais tem como objetivo a observância da Resolução CNJ nº 288/2019 e da Lei Estadual 4.066/2022, relativas à implantação de serviços de acompanhamento das medidas restritivas diversas do encarceramento.

Tais medidas devem ser orientadas para a restauração das relações e promoção da cultura da paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade.

## 9. 19. Cidadania às Mulheres egressas do Sistema Prisional

O Poder Judiciário, por meio de recursos oriundos do Ministério Público do Trabalho, contratou, por meio de serviços terceirizados, mulheres egressas do Sistema Prisional, antecipando a resolução XXX do CNJ. Uma forma de ampliar a dignidade.





## 10. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional, vinculada aos eixos “Sociedade e Aprendizado e Crescimento”, atuou com o objetivo de estabelecer, fortalecer e manter uma relação positiva entre o tribunal, seus diversos públicos e a sociedade em geral. Essa forma de comunicação transmitiu informações de maneira clara, transparente e eficaz, contribuindo para a compreensão das atividades do tribunal, fortalecendo a imagem perante a comunidade.

Foram criadas as campanhas institucionais seguindo um plano de comunicação estabelecido para a gestão 2023-2025. Um papel informativo e educativo junto à sociedade, que propiciou o acesso à informação, relacionamento com a mídia local, fortaleceu a comunicação interna com experiências de endomarketing, uso de mídias sociais e identidade visual. Estas iniciativas fortalecem a legitimidade do sistema judicial.

## 11. Vice-presidência em destaque

### Fortalecimento das relações institucionais

A Vice-presidência tem atuado no fortalecimento das relações institucionais deste Poder, contribuindo de forma efetiva nas ações de cooperações institucionais.



A vice-presidência participou e contribuiu com fortalecimento das relações com o Poder Judiciário de Rondônia e com a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rondônia (OAB-RO). Ações que evidenciam a rede da Justiça na Regional Norte.



### Produtividade da Vice-Presidência do TJAC foi apresentada em sessão do Tribunal Pleno

A publicidade e transparência configuram valores relevantes ao interesse público. O Desembargador Luís Camolez apresentou o relatório da produtividade da Vice-Presidência do ano de 2023.





Os números de produtividade representam a “eficiência” do setor, que baixou 400 processos junto a Diretoria Judiciária. Em relação ao período avaliado, foram emitidas 843 decisões.

Além dos números, destaca-se que a vice-presidência participa em comissões do tribunal acreano, sendo elas: Conselho da Justiça Estadual, Comissão Permanente de Organização Judiciária e Regimento Interno, Comissão Estadual Judiciária de Adoção e também as comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação. Ainda, os comitês de crises cibernéticas, do planejamento e da estratégia, da GAR, orçamentário, da inovação, por fim, o grupo de trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados.



## Vice-presidente do TJAC participa de audiência pública sobre Economia e Sociedade

O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), em Epitaciolândia, participou de audiência pública sobre a Economia e Sociedade na Regional do Alto Acre.

O evento, realizado pela Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), proporcionou oportunidade de um amplo debate de forma transparente, entre representantes de diversas instituições, sobre a economia da região. Um papel relevante para quem pensa a justiça de forma inclusiva.

As vozes de todos os segmentos da sociedade podem ser ouvidas. “É uma oportunidade para que as autoridades compreendam as demandas e preocupações da população, para que possamos encontrar soluções conjuntas e construir um futuro melhor para todos. A transparência é um dos pilares fundamentais da democracia e é por meio da participação ativa da sociedade que podemos garantir que as decisões sejam tomadas de forma justa e equilibrada. As audiências públicas permitem que todos os envolvidos tenham acesso às informações relevantes, debatam ideias e apresentem propostas que possam ser consideradas na formulação de políticas públicas”.

## 12. MAIS INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO

A inovação no Poder Judiciário refere-se à introdução de novas práticas, tecnologias, processos ou abordagens que buscam melhorar a eficiência, a transparência, o acesso à justiça e a qualidade dos serviços.

A inovação no contexto jurídico visa modernizar e aprimorar as operações judiciais, administrativas e sociais, utilizando de metodologias ágeis e, essencialmente, participativas, com ênfase na escuta e na sistematização de propostas práticas eficazes e adaptadas aos desafios contemporâneos, o que pressupõem conjugar saberes, experiências e tecnologias humanas, que inclui todas as ferramentas, processos e inovações criadas e utilizadas para facilitar tarefas, melhorar a comunicação e moldar o ambiente ao seu redor, colocando, sempre, o ser humano no centro do processo.

### LAPIS - Laboratório de Inovação

Por meio do LAPIS- Laboratório de Práticas e Inovações Sustentáveis- foram desenvolvidos e modelados quatro projetos que se encontram em execução no poder Judiciário, cumprindo orientações do CNJ, conforme a resolução 395/2021.



### CEJUC - Centro de Justiça e Cidadania

Em cooperação com o MPAC ( Ministério Público do Estado Acre), DPE (Defensoria Pública do Estado do Acre), TRE (Tribunal Regional Eleitoral do Acre), TRT (Tribunal Regional Eleitoral- TRT14)., Prefeitura de Porto Walter, o Poder Judiciário do Acre instalou o Centro de Justiça e Cidadania para garantir o atendimento digital à população de forma mais célere, promovendo o acesso à justiça de forma digital



## PIDJus

### INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL DE JUSTIÇA - PIDJUS

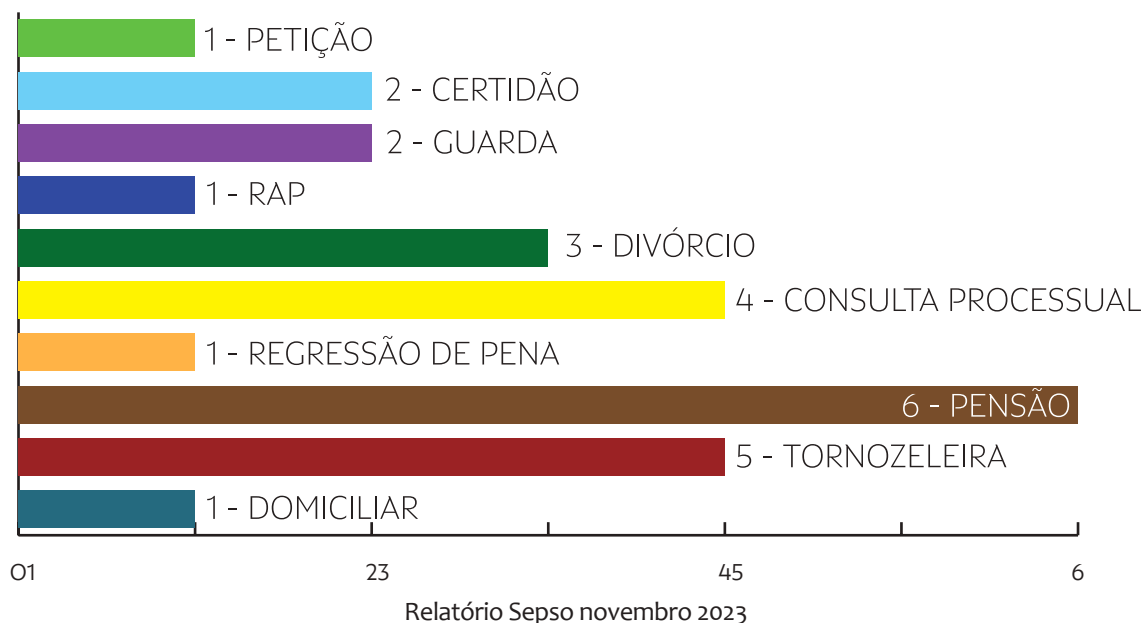
Objetivando facilitar o acesso aos serviços públicos e promover justiça e cidadania, foi implantado ponto de inclusão digital - PID Jus no Conjunto Habitacional Cidade do Povo, localizado na cidade de Rio Branco/AC.

O PIDJus congrega os atendimentos virtuais de mais cinco órgãos, sendo eles: Tribunal do Trabalho da 14ª Região (TRT 14), Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC), Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), Defensoria Pública do Acre (DPE/AC) e o Governo do Estado do Acre, com emissão de certidões e videochamadas para a Oca. Além desses também são parceiros do PIDJus: Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes (SEE) e o Instituto de Educação Profissional e Tecnológica “Dom Moacyr” (Iepetec). Nesses espaços, é possível esclarecer dúvidas sobre processos, participar de audiências virtuais, entrar em contato com unidades judiciárias por videoconferência através do Balcão Virtual e apresentar suas reclamações aos Juizados utilizando a ferramenta Petição Cidadão - Cinco (5) novos PIDs estão em processo de instalação nas regiões do Calafate, São Francisco, Sobral (Rio Branco) e Segundo Distrito, além da comunidade indígena de Tarauacá.



## Síntese dos atendimentos do PID-Jus:

### DESEMPENHO PID-Jus - CIDADE DO POVO



### Projeto Mariri <sup>1</sup>

O projeto Mariri articula o atendimento na Central de Atermação do Tribunal de Justiça por meio dos Núcleos de Práticas Jurídicas das Instituições de Ensino Superior parceiras, que intercalam atendimentos durante os dias da semana.

A parceria foi oficializada com a assinatura do Termo de Compromisso pela desembargadora Regina Ferrari e pelos representantes das seguintes instituições de ensino: Anhanguera, Estácio Unimeta, Unama e Uninorte. A estruturação contou com a moderação do LAPIS, sob a coordenação do GAAUX-1. A DIGES/GEPRJ foi responsável pelo modelamento, enquanto a DIPES/GEDEP e a DITEC contribuíram para as ações pedagógicas e formativas do projeto.



<sup>1</sup> MARIRI (YAWANAWA) é uma grande celebração que reúne todos os representantes de cada Aldeia do Povo Yawanawá da Aldeia Mutum - celebração para receber aqueles que vem de fora - Terra do Rio Gregório, no Município de Tarauacá, AC, consulta em 06 de novembro de 2023 <https://www.gruposdeviagem.com/mariri-yawanawa>





O treinamento para os alunos das universidades, teve como prioridade o atendimento ao público e conhecimentos técnico-jurídicos para atendimento das demandas judiciais da comunidade, além de informações operacionais do SAJ. [/www.tjac.jus.br/2023/07/tjac-e-universidades-realizam-imersao-na-pratica-juridica/](http://www.tjac.jus.br/2023/07/tjac-e-universidades-realizam-imersao-na-pratica-juridica/).



## Projeto EWA<sup>2</sup> - Respeito à maternidade e incentivo à contratação de mulheres no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre-

Nome do projeto foi inspirado nas expressões nominais em Yawanawá (Pano), que nas derivações significa : ewa/epa 'nossa mãe/ 'nosso pai' e mĩ ewa/epa 'sua mãe'/ 'seu pai'.

O objetivo é redefinir a política de valorização profissional e de competência técnica com garantia dos direitos das servidoras em licença maternidade do Poder Judiciário do Acre. Consiste em dar continuidade nos serviços da área finalística, além de garantir segurança à mulher servidora durante o período de licença. Fortalecimento e equidade na política de gênero no Poder Judiciário do Acre.



2 SOUZA, Livia de Camargo S. T., FONOLOGIA, MORFOLOGIA E SINTAXE DAS EXPRESSÕES NOMINAIS EM YAWANAWÁ (PANO), UFRJ, 2013 conslta em 05 de novembro de 20123 - <https://amerindias.github.io/referencias/sou13yawanawa>.

## 13. CONCURSO DELEGATÁRIO

### SEGURANÇA, AUTENTICIDADE E PUBLICIDADE SÃO SERVIÇOS DA JUSTIÇA

O Poder Judiciário do Acre tornou público o edital nº 1/2023 do concurso para a outorga de delegações de notas e registros em serventias vagas no estado.

As unidades cartorárias responsáveis por serviços relacionados a atos notariais e registros públicos terão maior capacidade operacional para cumprir com suas funções, ampliando o alcance da Justiça Acreana. As serventias desempenham um papel no sistema jurídico e na administração pública, proporcionando segurança jurídica, autenticidade e publicidade a diversos atos da vida civil e empresarial.

São 20 serventias vagas, sendo 14 a serem preenchidas por meio do critério de provimento, nos seguintes municípios: Acrelândia, Assis Brasil, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri. As outras seis, serão pelo critério de remoção, nos municípios de Bujari, Mâncio Lima, Porto Walter, Rio Branco e Santa Rosa do Purus.



Visita ao local de provas do Concurso para Delegação de Serviços Notariais e Registrais.



## 14. GESTÃO DOCUMENTAL DO TJAC

A memória da instituição está intrinsecamente ligada aos documentos que ela produz, e a guarda desse material de maneira segura, seguindo os padrões da gestão documental, é essencial. O Poder Judiciário iniciou um processo para implementar essa política, alinhado às normas técnicas e considerando questões éticas de segurança, acesso e privacidade. Nesse contexto, servidoras da Justiça do Acre participaram do VI Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário, realizado em Brasília.

Com esse intuito, duas servidoras do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) serão responsáveis em contribuir com o processo de melhoria dos serviços de Gestão Documental.





## 15. NUGEPNAC

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas–NUGEPNAC, vinculado à Vice-Presidência, ocupa-se em gerenciar as ações coletivas, os precedentes e os processos sobrestados em decorrência de Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal–STF; Recursos Repetitivos do Superior Tribunal de Justiça–STJ; Incidentes de Assunção de Competência–IAC e Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas–IRDR, do TJAC.

Atualmente o NUGEPNAC encontra-se em fase de automação através da integração do sistema SAJ com o Banco Nacional de Precedentes (BNP), tal procedimento está em consonância com às diretrizes da Resolução CNJ nº 444, de 25 de fevereiro de 2022, que “institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais.”





## 16. GMF EM ATUAÇÃO

### MAIS DE 50 AÇÕES VOLTADAS PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O GMF, Grupo de Monitoramento e Fiscalização, desempenha um papel na promoção da transparência, eficiência e accountability do Poder Judiciário junto ao sistema penitenciário.

Suas ações corroboram para a garantia da legalidade e imparcialidade dentro sistema prisional, contribui na identificação de problemas sistêmicos, ao analisar padrões e tendências de atuação da força do poder público no sistema penal, propondo soluções para melhorar o funcionamento geral do sistema.

Em suma, o GMF desempenha um papel fundamental na promoção da integridade, eficiência e confiança no sistema judicial, contribuindo para uma administração da justiça mais justa e eficaz.

DESTACAM-SE:

AÇÕES REALIZADAS	OBJETIVOS
Promoção de ações de cultura, esporte, saúde e terapia para reeducandas.	Atender aos jovens em conflito com a lei, advindo de lares desestruturados e em situação de vulnerabilidade.
Combate a tortura e Justiça Restaurativa em formação de socioeducadores.	Conscientização sobre a importância de respeitar a lei e a dignidade da pessoa humana.
Criação do Comitê Multissetorial para desenvolvimento de ações voltadas à atenção às pessoas em situação de rua.	Avanço de políticas institucionais de atenção às pessoas em situação de rua.
Participação no curso de formação de agentes socioeducativos.	Formação de 292 agentes socioeducativos.
GMF participa de entrega de computadores ao Instituto Socioeducativo do Estado do Acre.	Máquinas serão utilizadas no Laboratório de Informática do Núcleo de Semiliberdade Raquel Moraes e nos Centros Socioeducativos do ISE/AC.
Elaboração estratégia de atuação para monitoramento.	Fortalecimento e qualificação das políticas penais no Estado em consonância com as orientações do Conselho Nacional de Justiça, e o Programa Fazendo Justiça.
Participação no sistema prisional para implantação do Projeto Escrivência.	Ressocialização de detentos por meio do contato com o universo da leitura e suas infinitas possibilidades.



Planeja a Central de Regulação de Vagas	Garantia do direito de adolescentes em situação de conflito com a lei a acompanhamento familiar durante o cumprimento de medidas socioeducativas .
Criação de Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência nas Escolas.	Estabelecer ações preventivas de proteção dos direitos das crianças e adolescentes.
TJAC e Governo do Acre assinam termo de cooperação técnica que vai beneficiar reeducandas do sistema prisional.	Descaracterização e customização, pelas detentas, de 10 mil camisas que serão distribuídas às famílias atingidas pelas inundações dos igarapés e pela cheia do Rio Acre
GMF atua para implantação da Política Antimanicomial no Acre.	Viabilizar a implantação da Política Antimanicomial prevista na Resolução CNJ nº 487/2023, no Acre.
Ressocialização de egressas do sistema prisional por meio da reinserção no mercado de trabalho é tema de reunião do GMF.	Fluxo para contratação, por empresas e instituições acreanas, de mulheres que já cumpriram suas penas.
TJAC regulamenta contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade em próximas licitações da Justiça.	Portaria n.º2021/2023 (TJAC)- empresas que vencerem licitações para prestar serviço ao Judiciário destinem porcentagem de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica, egressas do sistema penal, migrantes, trans, em situação de rua, indígenas, campesinas e quilombolas.
Aplicação, inspeção e trabalho junto aos jovens e adolescentes em conflito são debatidos em evento.	Qualificar a aplicação, inspeção e trabalho junto aos jovens e adolescente em conflito com a lei.
Parceria entre Justiça, Legislativo municipal e empresário possibilita emprego para egressos em Tarauacá.	Implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e egresso do sistema carcerário.
GMF vai ao presídio após rebelião e instaura procedimentos para acompanhar investigação.	Manter a lisura das informações acerca da investigação conforme determina Resolução Nº 214/2015 do Conselho Nacional de Justiça.
GMF realiza inspeções no presídio Antônio Amaro Alves após rebelião.	Avaliar as condições atuais das instalações e ouvir os detentos.
TJAC firma Termo de Cooperação Técnica para implantar ações de leitura em unidades prisionais no Acre.	Desenvolve políticas de socialização nas unidades prisionais.
Torneio de futebol no centro socioeducativo materializa o direito ao esporte para adolescentes em conflito com a lei.	Desenvolvimento de capacidades e sociabilidade potencializa sua ressocialização.
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo faz inspeção no Hosmac.	Atuação do Judiciário à Política Antimanicomial



GMF realiza inspeção extraordinária em Unidade Prisional Antônio Amaro Alves	Solicitação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para verificar se medidas foram adotadas após rebelião, ocorrida no dia 26 de julho de 2023.
GMF reforça compromisso com o combate à tortura no sistema carcerário	Prevenção à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes no âmbito da justiça criminal e da execução penal.
GMF recomenda que juízes façam a inclusão da identidade de gênero e orientação sexual dos réus no SEEU e SAJ	Relatório de Inspeção Extraordinária das Unidades Penitenciárias do Acre com os dados estatísticos da população LGBTQIA+.
TJAC comemora Semana Nacional do Livro e da Biblioteca com série de vídeos temáticos	Sustentabilidade ligada ao incentivo à leitura e curiosidades sobre as bibliotecas foram mostradas durante a semana.
TJAC assina Protocolo de Intenções para implantação da Política Antimanicomial	Ação multidisciplinar de atenção e cuidado à pessoa com transtorno mental ou deficiência psicossocial em conflito com a lei.



TJAC prospecta ações de cultura, esporte, saúde e terapia para socioeducandas



TJAC debate combate a tortura e Justiça Restaurativa em formação de socioeducadores



TJAC institui Comitê Multissetorial para desenvolvimento de ações voltadas à atenção às pessoas em situação de rua



TJAC prestigia entrega de máquinas de costura e de certificados na penitenciária feminina



Judiciário acreano prestigia conclusão do curso de formação de agentes socioeducativos



## 17. CEJURES

Em 2023 foi criado o Centro de Justiça Restaurativa da Comarca de Rio Branco – CEJURES, cujo objetivo é implantar, expandir e estreitar as ações de Justiça Restaurativa em todo o estado do Acre.

O CEJURES fortalece a política justiça restaurativa, amplia a atuação e compromisso do tribunal com atuação em direitos humanos, proteção da população de rua, de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, além de atuar como facilitador de processos que contribuem com a paz social, atuando como facilitador no campo da promoção da justiça. Suas frentes de trabalho englobam capacitação, orientação, articulação e fomento de ações em redes para melhor eficácia da justiça acreana.

Além de atuar na capital, o CEJURES tem aberto caminhos pra o interior, sempre levando justiça restaurativa e a busca de solução de conflitos na educação e relações pessoais.

A política do CEJURES está em consonância com o TJAC e fortalece a rede nacional com outros Tribunais de Justiça do país e contribuiu com o mapeamento dos grupos reflexivos e de responsabilização para homens autores de violência contra mulheres, criou círculo de cuidados com as equipes que atuam com as política sociais de direitos humanos (Assistência Social, Socioeducação).



CEJURES implanta projeto Justiça Restaurativa nas escolas públicas.



Proposta de diálogos sobre a pacificação social a partir da política da Justiça Restaurativa.





## 18. Noite Magistral

Na quarta-feira (19/12), que antecede o período do recesso forense, foi de celebração entre servidoras (es), magistradas (os), familiares e convidados do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), em mais uma edição da Noite Magistral. Música e poesia marcaram o momento de união e alegria.

Mais os talentos não foram só no palco, ações de sustentabilidade foram premiadas no concurso da Política da Sustentabilidade do Poder Judiciário do Acre, organizado pela administração e o Núcleo Socioambiental Permanente (Nusap), em setembro deste ano. Um reconhecimento às atitudes voltadas à economia de recursos e preservação de energia e água, além de ação de engajamento de todos em atividades da área.

Ao abrir o evento, a desembargadora-presidente do TJAC, Regina Ferrari, considerou a noite um momento de celebração e confraternização, e agradeceu a presença do público, parabenizando os servidores que participaram do concurso.



“Neste momento, que nos preparamos para celebrar o Natal é fundamental essa confraternização. Esse momento de união e amor. Gratidão a todos que vieram. Continuemos no compromisso por um mundo mais justo e acolhedor. O TJAC tem uma ação socioambiental muito forte e é muito prazeroso ver os servidores entusiasmados”, disse.

A coordenadora do NUSAP, desembargadora Waldirene Cordeiro destacou que a sustentabilidade no Poder Judiciário do Acre é uma prioridade. “Parabenizo aos premiados. A sustentabilidade é uma realidade para todos nós. Temos esse compromisso não somente conosco, mas para as futuras gerações”, enfatizou.

### Premiação

O Poder Judiciário tem um grande compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas.

A Comarca mais sustentável foi a Comarca de Senador Guimard. O juiz de Direito, Afonso Brana recebeu o prêmio com o supervisor da Comarca. Receberam uma cafeteira.





“Essa e premiação eu achei notável porque nós estamos vivendo um novo tempo, que é da sustentabilidade, e a gente não pode pensar em sustentabilidade sem reduzir o consumo, por exemplo, de papel, que papel é feito de árvores e contribui com o fortalecimento da Amazônia Sustentável. Essa premiação privilegia as comarcas em sintonia com o Tribunal de Justiça”, disse o juiz.

A servidora Elaine Cristina, da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIPES), disse ter ficado muito emocionada e considerou a ação muito importante.

“A servidora Lenice Lima foi a ganhadora do vale-prêmio do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Acre com a quantia de R\$ 2 mil. Ela agradeceu a gestão e a diretoria do sindicato. “Gosto muito de participar das ações do TJAC e estou muito feliz por ter sido sorteada. Parabéns a Presidência do TJAC e ao sindicato pelo evento”, disse.

O evento contou com várias atividades artísticas de servidores, familiares e convidados.



## 19. Prêmios Recebidos

### 19. 1. COGER

#### Tribunal de Justiça do Acre recebe troféus no “Prêmio Corregedoria Ética” do CNJ

A vitória é de todas e todos! Administração agradeceu os esforços empreendidos que levaram ao reconhecimento nacional nesse ano de 2023.

A Corregedoria-Geral da Justiça (Coger) do Poder Judiciário do Acre celebrou um momento de reconhecimento ao receber os troféus conquistados no “Prêmio Corregedoria Ética”, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em um ato simbólico, os representantes da Coger entregaram pessoalmente a honraria à presidente do tribunal, desembargadora Regina Ferrari, e ao vice-presidente, Luís Camolez, compartilhando o sucesso do Judiciário acreano pela prática de condutas éticas.



O “Prêmio Corregedoria Ética” tem como objetivo destacar e premiar as corregedorias dos tribunais estaduais que se destacaram no compromisso com a ética, transparência e eficiência no exercício de suas atribuições. O Poder Judiciário do Acre demonstrou excelência nessas áreas, alcançando lugar de destaque entre as instituições judiciárias do país.



## 19. 2. PROJETO RADIOATIVO

### Programa RadioAtivo realizado pelo TJAC e parceiros é premiado pelo Conselho Nacional de Justiça

Ação forneceu capacitação técnica-profissional para adolescentes em situação de vulnerabilidade, o que permitiu o ingresso nas empresas parceiras.

O Programa de Desenvolvimento Profissional e Inclusão Social pelo Trabalho, chamado de RadioAtivo, conquistou o primeiro lugar, na categoria Tribunal, eixo Medida Socioeducativa, no Prêmio Prioridade Absoluta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A desembargadora-presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), Regina Ferrari, recebeu o troféu, como símbolo do reconhecimento pela ação que é fruto da parceria entre o Judiciário por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), a Federação das Indústrias do Acre (Fieac), Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) e Defensoria Pública estadual (DPE/AC).



Com a premiação as ações, projetos ou programas inovadores voltados para promoção, valorização e respeito dos direitos das crianças, dos adolescentes e jovens são disseminados para que sejam replicados e direitos garantidos.

A presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, recebeu o prêmio junto com José Adriano Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fieac), das mãos do conselheiro do CNJ Richard Pae Kim, que também é Presidente do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ) e Rafael Souza Cardoso, presidente do Fórum Nacional de Justiça Juvenil.



## 20. RANKING DA TRANSPARÊNCIA CNJ 2023

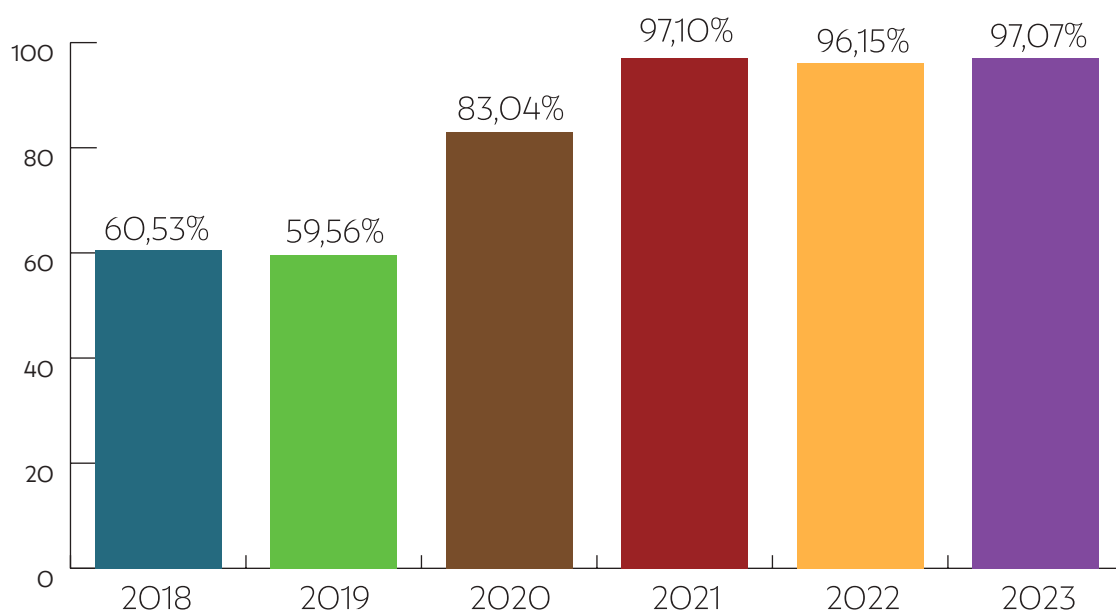
Demonstrando o compromisso com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) alcançou 97,07% no ranking da transparência do Conselho Nacional Justiça (CNJ) deste 2023, ficando entre os 10 primeiros tribunais estaduais mais transparentes do país.

Esta é a sexta edição do ranking, instituído pela Resolução n.º 206/2018 do CNJ, que avalia o desempenho dos 94 órgãos do Judiciário brasileiro, entre tribunais estaduais, eleitorais, do trabalho, federais militares e as instâncias superiores.

Para a avaliação do desempenho são observados o fornecimento de informação de forma clara e organizada, em relação a 10 temas, com 84 tópicos, que abordam: publicação de objetivos estratégicos, metas e indicadores; disponibilidade de levantamentos estatísticos sobre a atuação dos órgãos, calendários das sessões colegiadas; ata das sessões dos Colegiados; área para indicar informações e serviços ao cidadão; e informações sobre licitações e contratos.

A desembargadora-presidente do TJAC, Regina Ferrari, ressaltou que esse resultado é fruto de um trabalho contínuo e do empenho de todas e todos que integram a Justiça acreana. “O resultado é fruto de esforço conjunto entre magistradas, magistrados, servidoras e servidores. Nossa gestão tem dado prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos nas administrações anteriores, tendo como base as atualizações determinadas pelo Conselho Nacional da Justiça, continuando empenhada em garantir aos nossos usuários e usuárias da Justiça, a transparência de nossas ações”, disse Ferrari.

### RANKING DA TRANSPARÊNCIA % DE PONTUAÇÃO ALCANÇADA PELO TJAC







## 21. PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

O TJAC (Tribunal de Justiça do Estado do Acre) apresentou uma melhora na avaliação no Prêmio de Qualidade do CNJ. Com um percentual de 70,9%, o Judiciário acreano registrou um aumento de 4,07% em sua avaliação na edição de 2023 do prêmio, que analisa o desempenho do Judiciário brasileiro.

Uma avaliação que orienta as definições das rotas para a continuidade da trajetória institucional. É assim que o Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem contribuído a cada edição de avaliação do Judiciário brasileiro.

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. Representam objetivos específicos e mensuráveis para para um novo tempo que sempre se avizinha. O compromisso é uma “engrenagem” que não pode parar.

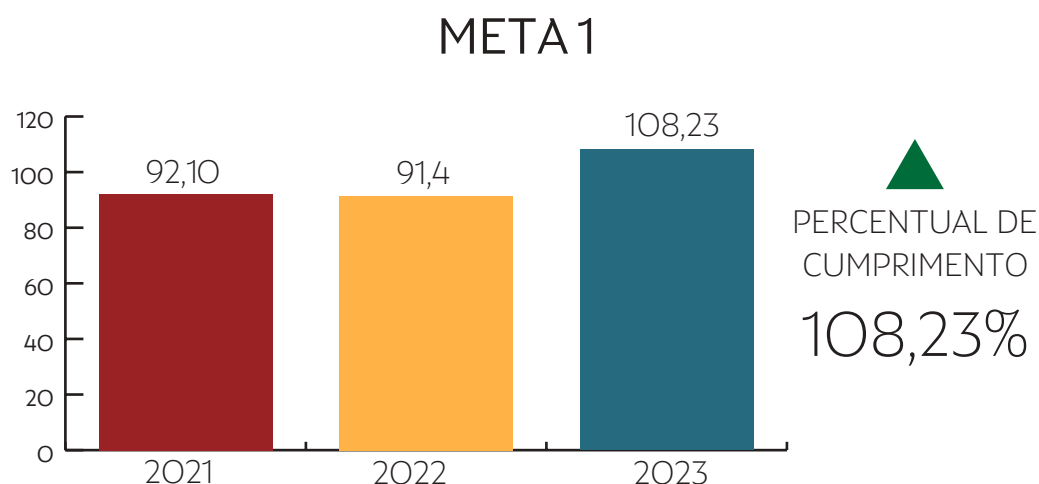




## 22. METAS DO JUDICIÁRIO 2023

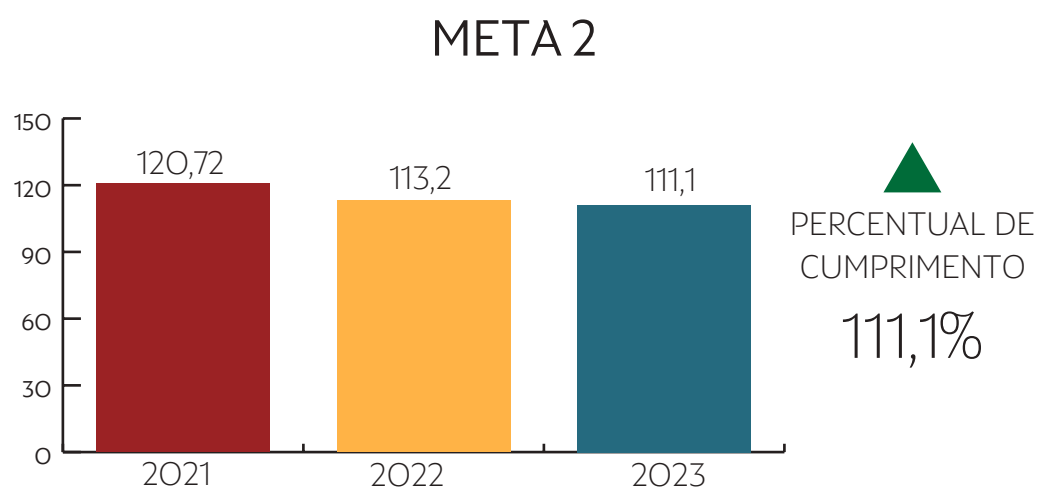
### META 1

- Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



### META 2

- Identificar e julgar pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.



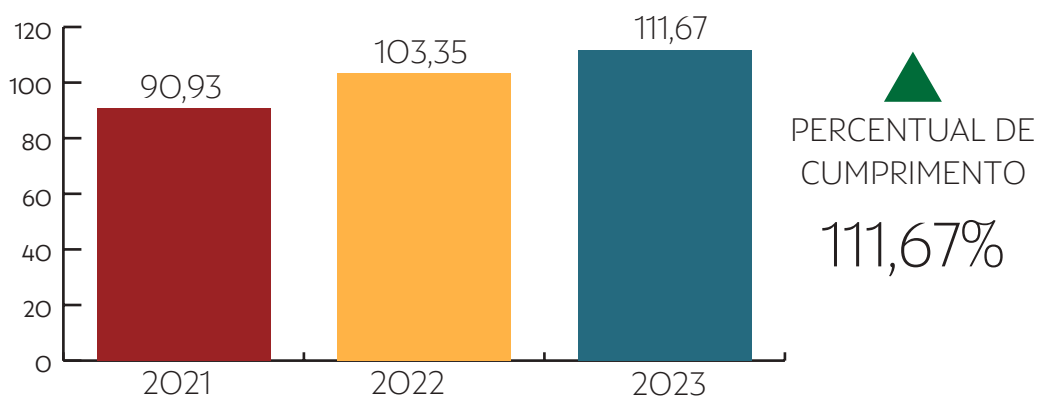




## META 3

- Aumentar o indicador índice de conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.

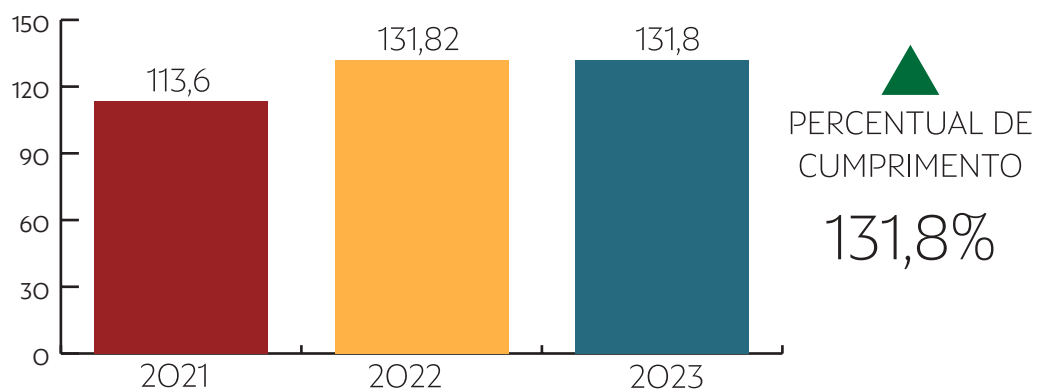
### META 3



## META 4

- Identificar e julgar 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

### META 4

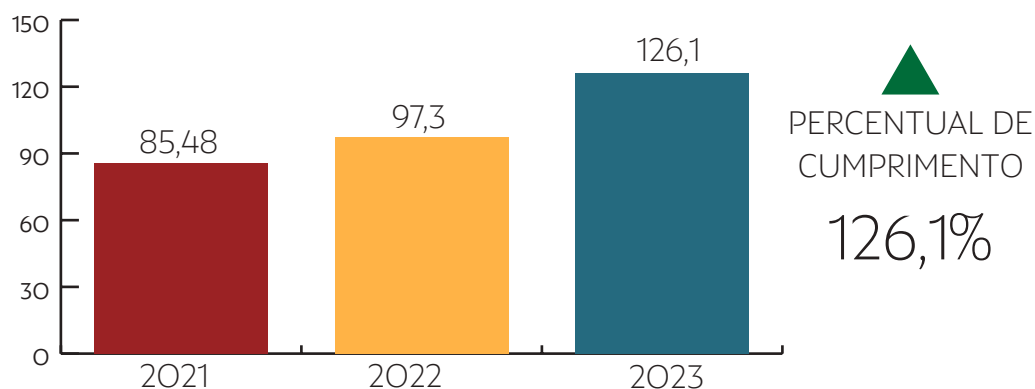




## META 5

- Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação a 2022. Cláusula de barreira: 56%.

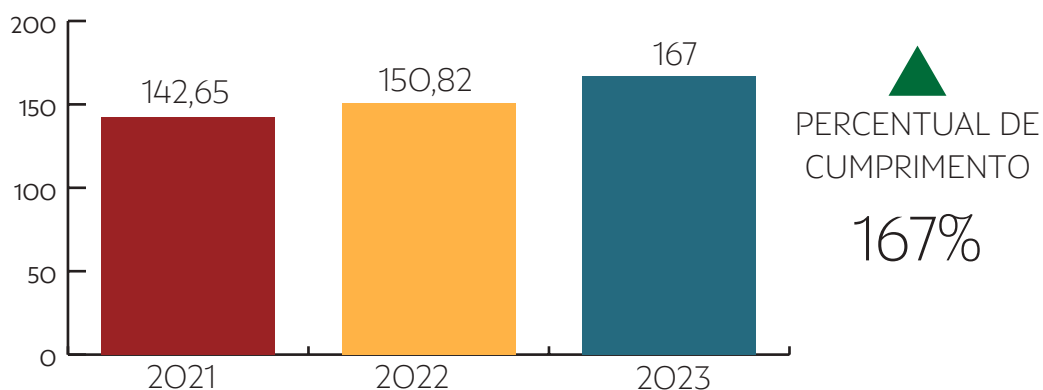
### META 5



## META 8

- Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.

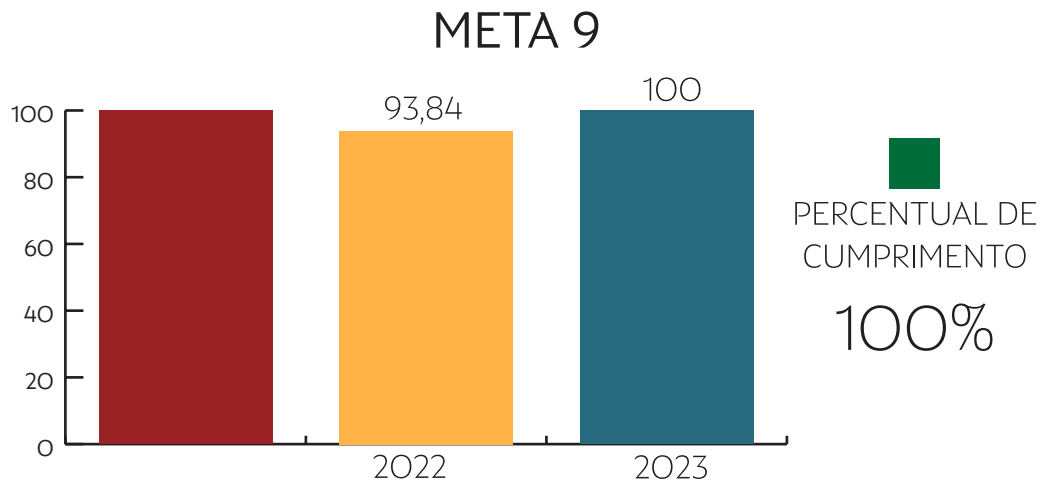
### META 8





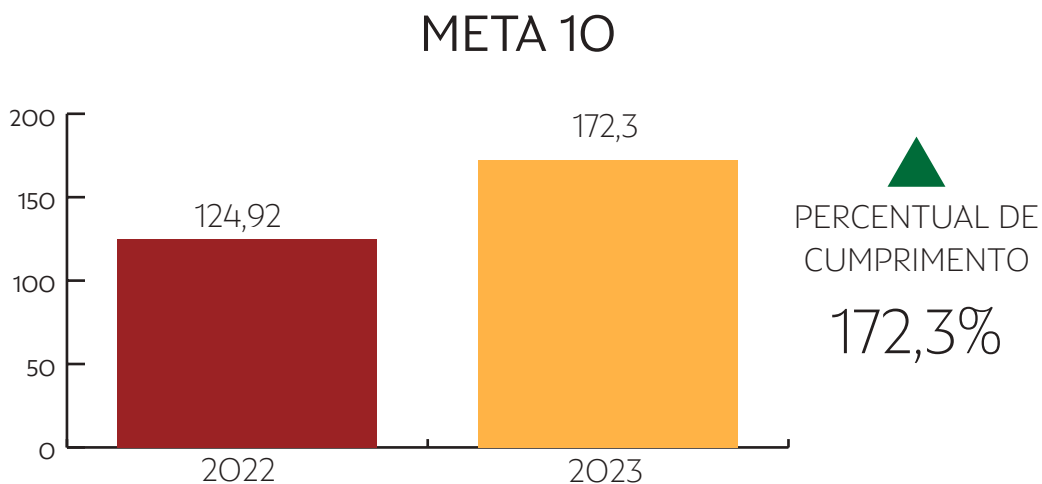
## META 9

- Implantar no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.



## META 10

- Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2022.

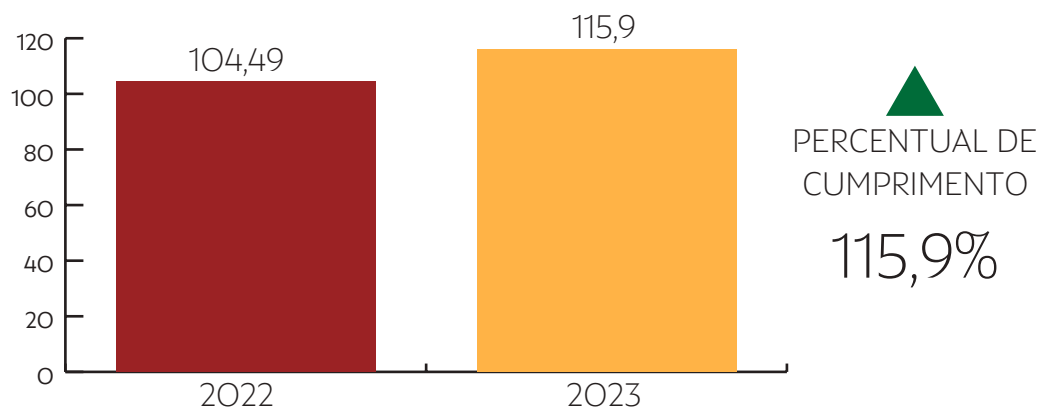




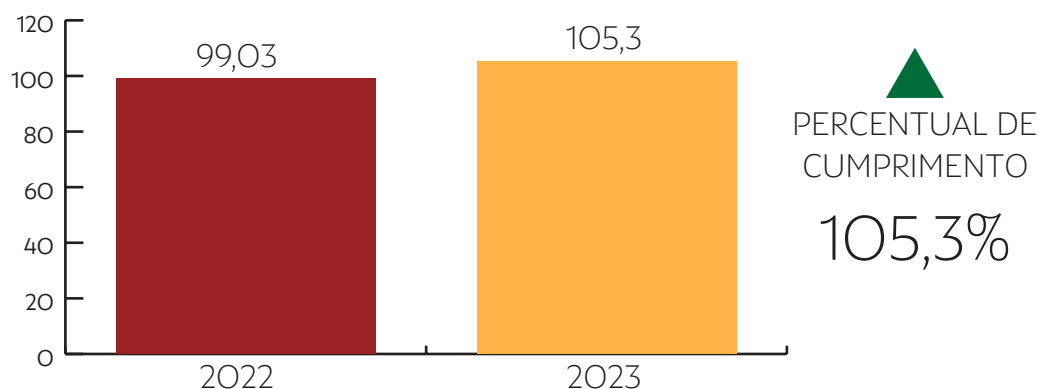
## META 11

- Identificar e julgar, até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.

### META 11 - 1º G



### META 11 - 2º G



Fonte:

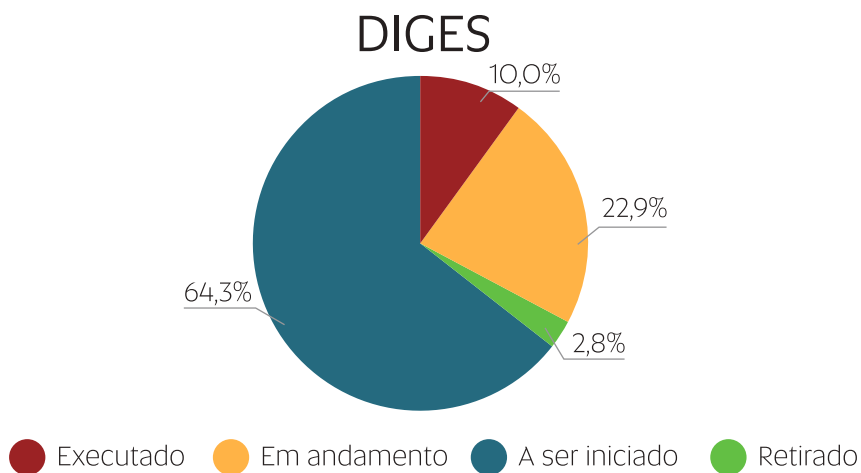
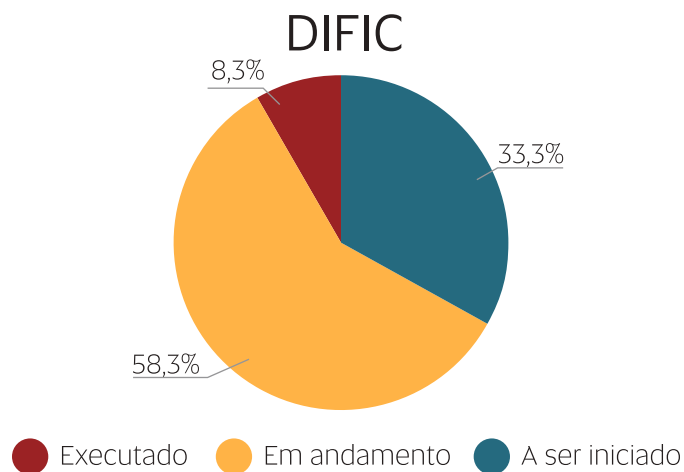
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjhjYzNkNjctMTk2NC00MTgyLTlhZDgtNmU5YzY5NTc5MjRlIiwidCI6ImFkOTE5MGU2LWw0NjcwNDYwMC1iYzVjLWVjYjY1NGNjZjQ5NyIsImMIOjI9>

[https://lookerstudio.google.com/embed/reporting/56697249-7cbc-4d96-a80b-0eb854fe480d/page/p\\_ri2hp56xbd](https://lookerstudio.google.com/embed/reporting/56697249-7cbc-4d96-a80b-0eb854fe480d/page/p_ri2hp56xbd)



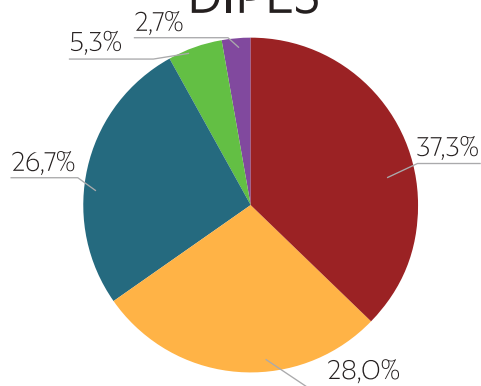
## 23. MARCADORES DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Execução do plano estratégico operacional 2023- dados parciais (2º quadrimestre 2023)



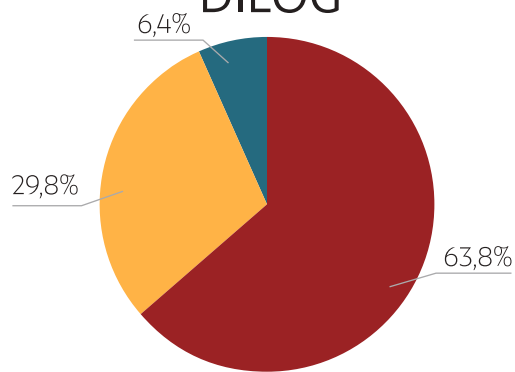


### DIPES



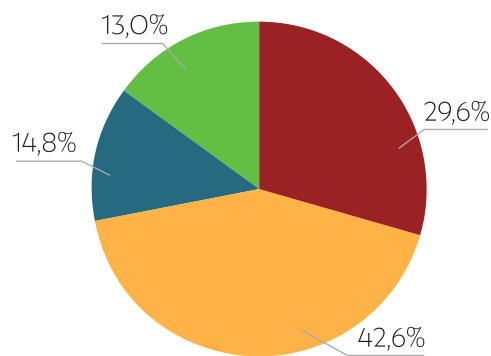
● Executado ● Em andamento ● A ser iniciado ● Retirado ● Não executado

### DILOG



● Executado ● Em andamento ● A ser iniciado

### DRVAC

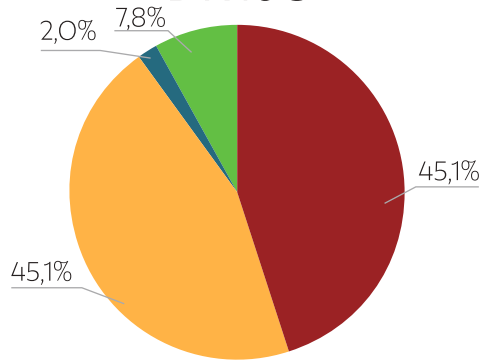


● Executado ● Em andamento ● A ser iniciado ● Retirado



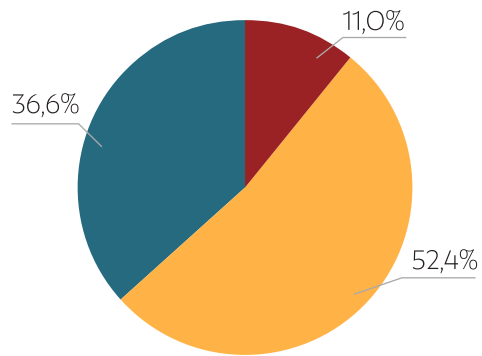


### DRVJU



● Executado ● Em andamento ● A ser iniciado ● Retirado

### DITEC



● Executado ● Em andamento ● A ser iniciado



## 24. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório reflete o comprometimento com a transparência e a eficácia da atual gestão. Ao longo deste período, dedicamo-nos para alcançar os melhores resultados, superar desafios e, acima de tudo, atender às expectativas daqueles a quem servimos: os jurisdicionados.

Esta síntese de 300 (trezentos) dias é mais do que um dever; é um compromisso com a confiança depositada. Cada decisão, cada recurso alocado e cada esforço empregado visa promover a excelência e a responsabilidade na administração dos recursos públicos destinados ao Poder Judiciário.

Agradecemos a todas e todos que contribuíram para o sucesso deste período e reiteramos nosso compromisso contínuo com a melhoria constante. Juntos, continuaremos a trilhar o caminho da eficiência, transparência para o cumprimento do dever, a fim de garantir efetividade das ações propostas.

Acreditamos que, ao compartilhar abertamente nossas ações e resultados, fortaleceremos os alicerces da confiança.

Somos gratos pela confiança contínua e desejamos que no próximo ano nos dediquemos ainda mais para ampliarmos juntos os nossos resultados em todos os níveis e setores. Este é o compromisso vívido para a entrega de uma Justiça célere, efetiva e acolhedora.

*“Um pássaro não canta porque tem uma resposta.  
Ele canta porque tem uma canção.”*

*Maya Angelou<sup>3</sup>*

<sup>3</sup> Autora pós-moderna nascida nos EUA é escritora, cantora, dançarina, atriz e ativista política. Seus livros discutem questões de gênero, raça e memória.(1928 - 2014)



**PODER  
JUDICIÁRIO**  
DO ESTADO DO ACRE



[www.tjac.jus.br](http://www.tjac.jus.br)